



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 39

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	Capa
TAQUIGRAFIA	0470
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0491

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 392, DE 6 DE MARÇO DE 2018.

Transfere a Sede do Poder Legislativo para o Município de São Miguel do Guaporé, no dia 16 de março de 2018, com a finalidade de realizar Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Edson Afonso Rodrigues.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica transferida, nos termos do § 1º do artigo 1º do Regimento Interno, a Sede do Poder Legislativo para a cidade de São Miguel do Guaporé, no dia 16 de março de 2018, para realização de Sessão Solene, às 15 horas no Plenário da Câmara Municipal daquele Município, para entrega do Título de Cidadão do Estado de Rondônia, ao Senhor Edson Afonso Rodrigues.

Art. 2º. As despesas decorrentes do disposto nesta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária da Assembleia Legislativa.

Art. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

RESOLUÇÃO Nº 393, DE 6 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre parcelamento e atualização pelo índice da poupança de direitos de servidores conforme aderência individual.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica autorizada a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia realizar o pagamento de direitos de servidores efetivos (ativos e inativos) que aderirem a presente Resolução, de forma parcelada e com valores originais atualizados pelo índice da poupança.

Art. 2º. Deverá o servidor interessado em receber na forma desta Resolução, requerer junto a Superintendência de Recursos Humanos e assinar termo de acordo, compromisso e ajuste de conduta próprio, conforme modelo em anexo, autorizando e concordando com o pagamento parcelado e atualizado somente pelo índice da poupança.

Art. 3º. Com aderência pelo servidor, e após o recebimento nos termos acordados, não poderá haver reclamação administrativa e nem judicial, considerando tratar-se de um incentivo ao pagamento de verbas pendentes, com devida anuidade e renúncia individual do servidor interessado.

Art. 4º. O parcelamento poderá ocorrer até 20 (vinte) vezes, a ser estabelecido pela Secretaria Geral e Superintendência de Recursos Humanos, conforme o montante devido a cada servidor, não podendo a parcela ser inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 5º. A concessão e pagamento ocorrerá conforme critério e conveniência da administração.

Art. 6º. O modelo do acordo a ser firmado é o constante do Anexo único desta Resolução.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ANEXO ÚNICO

TERMO DE ACORDO, COMPROMISSO E AJUSTE DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ de nº 04.794.681/0001-68, situada na Rua Major Amarante, nº 390 – Bairro Arigolândia, nesta capital, neste ato representada por seu Secretário Geral _____, brasileiro, servidor público, portador do RG _____ – SSP/____, e CPF nº _____, doravante denominada *Compromitente* e o Servidor _____, portador do RG. nº _____ e CPF nº _____, doravante denominado *Compromissário*, com participação do SINDLER;

Considerando manifestação do Sindicato dos Servidores Públicos dos Poderes Legislativos do Estado de Rondônia – SINDLER, através do Ofício nº 005/2018;

Consideração aprovação da Resolução nº ____/2018 de ____ de março de 2018;

Considerando o parágrafo segundo da Cláusula Segunda do Termo de Cooperação constante nos autos do processo administrativo nº 317/GP/SINDLER/2017, que trata sobre empréstimo junto ao SICOOB;

Considerando ainda, insuficiência financeira disponível para custear pagamento de direitos de servidores de exercícios anteriores e atuais com atualização e correção pela Tabela do Tribunal de Justiça;

RESOLVEM:

Celebrar o presente TERMO DE ACORDO, COMPROMISSO E AJUSTE CONDUTA, de natureza resguardar Administração Pública e o Servidor Público qualificado acima, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O *Compromissário* possui um crédito no valor principal de R\$ _____ (_____) junto a *Compromitente*, concernente a direito oriundo de _____ (especificar objeto e origem do crédito) conforme processo administrativo nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA

O *Compromissário* aceita em receber o valor de seu crédito do valor original acrescido apenas do índice nacional da caderneta de poupança.

CLÁUSULA TERCEIRA

O *Compromissário* aceita em receber nos termos da cláusula anterior, e de forma parcelada, estando ciente que com anuência e aderência a este instrumento e Resolução ____/2018, renuncia qualquer direito administrativo ou judicial após o cumprimento dos termos constantes no presente.

CLÁUSULA QUARTA

Fica acordado entre as partes, que o *Compromissário* receberá o valor da cláusula primeira atualizado somente pelo índice da caderneta de poupança em ____ (____) parcelas, que será lançado em sua folha de pagamento mensalmente no mês subsequente assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores já pagos ao servidor pela tabela do Tribunal de Justiça, fica acordado que receberá o remanescente atualizado somente pelo índice da poupança.

CLÁUSULA QUINTA

Conforme parágrafo segundo da Cláusula Segunda do Termo de Cooperação constante nos autos do processo administrativo nº 317/GP/SINDLER/2017, poderá o *Compromissário* realizar financiamento em seu nome próprio e sob sua responsabilidade, junto aquela instituição financeira, para tanto a Assembleia Legislativa através da Secretaria Geral/Superintendência de Recursos Humanos, emitirá documento que o servidor possui aquele crédito a receber e será pago em ____ (____) vezes em sua folha de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA

Fica acordado entre as partes, bem como anuência do Sindicato SINDLER, que com aderência a Resolução ____/2018 e assinatura deste instrumento, com o seu cumprimento, não caberá qualquer ação de cobrança ou assemelhada, renunciando o *Compromissário* qualquer direito nesse sentido.

Por estarem justos e compromissados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para que assim produza os seus efeitos legais e jurídicos,

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

_____ – Secretário Geral ALE/RO
Compromitente

Servidor – Compromissário

Anuência:

Sindicato dos Servidores Públicos dos Poderes Legislativos do Estado de Rondônia – SINDLER

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 777,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.**

Concede o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. Marco Túlio Costa Teodoro.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. MARCO TÚLIO COSTA TEODORO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 778,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.**

Concede o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. Walter E. Aguiar.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. WALTER E. AGUIAR**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 779,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.**

Concede o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. Paulo Sergio Marquezini.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia ao **Dr. PAULO SERGIO MARQUEZINI**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 780,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Capitão PM **Glenervan Roberto dos Santos.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Capitão PM **GLENERVAN ROBERTO DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados na área de segurança pública de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 781,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Delegado **Renato Eduardo de Souza.**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Delegado **RENATO EDUARDO DE SOUZA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 782,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo *in memorian* ao Senhor Alex Martinelli.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo *in memorian* ao Senhor **ALEX MARTINELLI**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 783,
DE 6 DE MARÇO DE 2018.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Ronaldo Rocha de Souza**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **RONALDO ROCHA DE SOUZA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 6 de março de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA

Em 05 de Março de 2018

Presidência dos Srs.
JESUÍNO BOABAID - Deputado
LÉO MORAES - Deputado

(As 09 horas e 21 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em Plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza nesta data Audiência Pública objetivando discutir e analisar a desestatização das Centrais Elétricas de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa, Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; senhor Leomir do Carmo, Diretor do Movimento do Pequeno Agricultor – MPA; senhor Adenir Cunha, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia – SENGE; senhor Francisco Kelven, responsável pelo MAB; senhor Nailor Guimarães, Presidente do Sindicato dos Urbanitários – SINDUR.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública que objetiva discutir e analisar a desestatização das Centrais Elétricas do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, trago aqui uma mensagem do Corregedor Geral Substituto da Polícia Militar de Rondônia, Coronel Vanderley Costa, onde em seu discurso, agora a pouco, ele agradecia a Vossa Excelência pelas emendas que Vossa Excelência destinou à Corregedoria Geral da Polícia Militar de Rondônia, assim como o trabalho que Vossa Excelência está fazendo em prol da classe policial militar. O Corregedor Vanderley Costa incumbiu-me de falar em público para Vossa Excelência os agradecimentos quando ele esteve à frente daquela Corregedoria e agora assume a Assessoria Militar do Tribunal de Justiça. Portanto, para repetir mais uma vez, o Corregedor Geral Substituto, Coronel Vanderley Costa, assim como o Comandante Geral enviaram mensagem de agradecimento pela luta incansável de Vossa Excelência em prol da Polícia Militar de Rondônia. Já agradeço a Vossa Excelência e desculpas também pelo tempo aqui que eu cheguei.

Senhoras e senhores funcionários da CERON, queremos agradecer a presença; senhoras e senhores funcionários da Eletrobras, senhor Josias Benedito de Moraes, líder sindical, Pimenta Bueno; senhora Luzanira Moraes, Presidente da Associação dos Empregados da CERON; senhores e senhoras dirigentes e líderes sindicais; Excelentíssimo Senhor Vereador Ivan Carlos Tenório, Câmara Municipal de Itapuã do Oeste; Taís Yamasaki, Diretora Coletiva das Mulheres – FISENGE; demais presentes nesta Audiência Pública. Toda condução, metodologia de trabalho, concessão de falas, a partir deste

momento, a cargo de Sua Excelência Deputado Jesuíno Boabaid. Queremos também antes, Deputado, agradecer a presença do senhor Abson Praxedes, Presidente da PETRARON.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Em primeiro lugar também agradecer a presença de todos, a todos os presentes aqui nesta Mesa. Nós temos aqui o Leomir do Carmo, Diretor do Movimento do Pequeno Agricultor – MPA; Adenir Cunha, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia – SENGE; Francisco Kelven, responsável pelo MAB e Nailor Guimarães, Presidente do sindicato dos Urbanitários – SINDUR e os demais trabalhadores e pessoas interessadas nesta discussão e a todos os internautas que nos acompanham através das redes sociais, facebook, também no You Tube o qual esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo. Nós temos o debate aqui, referente à questão da Ceron, antiga Eletrobras; era Ceron, hoje é Eletrobras, não é? Eu fui procurado por vários representantes o qual suscitaram essa demanda com diversas informações e por entender que essa discussão passa pelo crivo também do interesse do povo de Rondônia, mas, em especial, eu quero deixar bem claro aqui, quem deveria estar presente também aqui nessa discussão seriam os 03 Senadores, os 03 Deputados Federais, ou seja, 08 Deputados Federais que tenha o condão de buscar junto ao Governo Federal essas questões. Mas, eu vou passar a palavra ao SENGE. Quem vai falar primeiro? Pode ser você então? Então, eu vou passar a palavra ao Adenir Cunha, para ele poder explanar sobre essas questões que está ocorrendo sobre a privatização de várias Eletrobras. Então, o senhor tem tempo necessário para explicar e passar para aqueles que têm interesse, aqueles que estão nos assistindo e o povo de Rondônia, o que está acontecendo sobre a privatização da Eletrobras.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, vamos registrar a presença do Exm^o. Sr. Waldemar Cavalcante, ele que é Secretário Subchefe da Casa Civil do Governo do Estado e convidamos para compor à Mesa também.

O SR. ADENIR CUNHA – Bom dia a todos! Em primeiro lugar agradecer o Exm^o. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, por propor essa discussão, esta Audiência Pública, para que nós possamos aí discutir esse processo de Privatização da Ceron, está querendo ser vendida a um preço irrisório de R\$ 50 mil reais. É uma grande preocupação que nós temos quanto a isso. Queremos também desejar as boas-vindas ao Kelven, sempre está nos apoiando aqui, o Kelven é o representante do MAB; o Nailor, um grande companheiro aí na luta quanto a privatização não só da Ceron como do setor elétrico e também o Leomir, Diretor do Movimento do Pequeno Agricultor aqui no Estado de Rondônia. Vamos fazer uma breve explanação sobre esse processo de privatização do setor elétrico, principalmente, a nossa Ceron, as Centrais Elétricas de Rondônia.

Fazendo um breve histórico, o setor elétrico brasileiro, a indústria de energia ainda no Século XIX, era amplamente controlada pelas empresas estrangeiras. Meados aí, no início do Século XX, no decorrer do Século XX ela passou a mão de empresas brasileiras, empresas estatais brasileiras, como nós vimos lá na década de 90 houve uma grande, um grande processo de privatização do setor elétrico. O Governo Fernando Collor, iniciado no Fernando Collor e depois dado continuidade com o Fernando Henrique Cardoso. Aí muitas pessoas perguntam: será que melhorou todo esse processo, toda distribuição de energia? O que é que nós vimos ao longo do cami-

nho aí com esse processo de privatização? Nós sabemos que no início de 2000/2001 nós tivemos um grande blecaute no País, um grande racionamento, o País passou praticamente 02 anos tendo que racionar por falta de investimento no setor elétrico, basicamente, pela privatização que houve onde a iniciativa privada não realizou investimentos necessários para ampliação do setor elétrico. Só um dos pontos. Alegação para Desestatização não é do setor elétrico, mas, também de outros ramos da atividade econômica, assim como apresentada hoje foi que a exemplo do Governo de Margaret Thatcher da Inglaterra é necessário adotar a política de Estado mínimo, só algumas atividades permaneceriam a ser exercidas pelo Governo. Isso provou ao longo do tempo que está totalmente errado. Nós vemos hoje, inclusive, na Inglaterra, as empresas que foram privatizadas sendo novamente devolvida ao Estado, o que aconteceu com algumas empresas do setor elétrico brasileiro. Desde o Governo Sarney, em 1985, tivemos sobre o mesmo argumento a privatização de setor de mineração, indústria de siderurgia, estradas federais, as telecomunicações, portos, aeroportos, a maioria de distribuidora de energia elétrica, ninguém sabe afirmar para onde foram os bilhões de recursos adquiridos com tais privatizações. Lembramos o caso da Vale que foi vendida aproximadamente R\$ 4 “bilhões” de reais e que o Governo faz ampla campanha de sucesso, ela, como exemplo de sucesso de privatização e hoje é uma empresa que deve mais de R\$ 80 bilhões de reais de tributos. Então a gente olha de onde que está esse sucesso de privatização com essas empresas devendo bilhões ao Estado. Só para a gente fazer algumas comparações das empresas que foram privatizadas e as empresas hoje estatais. A exemplo da AMPLA, que ela atende a Grande Rio de Janeiro, fora capital, nós temos uma degradação do serviço, de realização do serviço que acontece na sua região; 27% das reclamações estão relacionadas a nível de tensão de fornecimento e 28% das reclamações estão relacionadas a variação do consumo. Dando outro exemplo de outra empresa, outra empresa privada que é a Celpa, no Pará, 15% das reclamações estão relacionadas a erro de leitura, gerada pela desconfiança do consumidor na Concessionária, principalmente, pela grande elevação do preço da energia que aumentou em um curto espaço de tempo em mais de 150%; 17% das reclamações, estão relacionadas a variação do consumo, consequência do desequilíbrio orçamentário dos consumidores, não permitindo planejamento dos gastos com a energia elétrica. A Celpa também é uma empresa privada, 39% das reclamações estão relacionadas a variação do consumo e 17% é reclamação relacionadas atenção de fornecimento. Quando a gente vai a uma outra empresa privada também, a CPFL Paulista, 27% das reclamações são relacionadas a danos elétricos e 24% das reclamações estão relacionados a entrega da conta de energia. Quando a gente vai nas empresas públicas, 10% das reclamações na “CEAL”, que é uma da empresa do grupo da Eletrobras, são reclamações decorrentes de danos elétricos; se a gente vai fazer comparações com empresas privadas, nós somos praticamente 1/3 do que acontece nas outras empresas, ou seja, o nosso nível de serviço é muito melhor do que a dele. A Boa Vista Energia, 18% das reclamações são decorrentes de danos elétricos. Então, outra comparação que nós fazemos, também uma empresa pública que presta serviço melhor do que uma empresa privada. A gente vai, no caso da Ceron, 15% das reclamações são decorrentes de danos elétricos, nós vimos em outras empresas, 30% das reclamações eram de danos elétricos; apenas 7% as reclamações são decorrentes de apresentação de faturas, que nós vimos em outras empre-

sas privadas que gira em torno de 15%; o que demonstra que a empresa pública, a Ceron, ela presta um serviço melhor que muitas empresas privadas. Um artigo publicado numa grande revista de administração, pesquisadores de uma universidade canadense e também de um profissional, superintendente das Centrais Elétricas Brasileira, eles fizeram uma análise da privatização do setor de distribuição do Nordeste, de 98, onde iniciou a privatização até 2007, pegaram um horizonte de 10 anos. O título do artigo deles é: Privatização, bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro. Isso é uma revista científica; então, tem um cunho muito mais acadêmico, eles trazem muito mais embasamento técnico para discussão e na conclusão eles relatam: "Observou-se que os indicadores financeiros das distribuidoras privatizadas melhoraram em relação as das públicas, gerando mais valor para os seus acionistas; no entanto, não há evidência que a privatização impactou na melhoria dos indicadores técnicos da qualidade de serviço". Aquilo que nós sempre falamos, privatizar energia, privatizar a Eletrobras Distribuição Rondônia, a nossa Ceron, que é uma empresa pública, uma empresa do patrimônio do povo de Rondônia, se privatizar a energia vai aumentar, o retorno que vai ter, o consumidor não vai ter retorno nenhum; quem vai ter retorno são os acionistas. Isso foi apresentado por pesquisadores acadêmicos, inclusive de uma renomada universidade canadense. Então, é importante ressaltar isso aqui, não é nenhum veículo de comunicação, seja de direita, de esquerda ou de centro; isso aqui é uma pesquisa acadêmica de Instituições renomadas mundial, isso eles provaram por A mais B; que a única coisa que trouxe para privatização, foi o aumento de valor, o acionista, esse aumento de valor é precarizando o serviço e aumento da tarifa. Aí, se fala muito aqui em Rondônia sobre a nossa questão do preço da energia, se a energia aqui é alta ou é baixa. E como que é feito o cálculo do nosso KW hora? Nós temos, então, Agência Reguladora, a ANAEEEL, que ela faz então os cálculos dos custos não gerenciáveis, que é a compra de energia para suprir o mercado, imposto; ICMS. Nós temos os custos gerenciáveis, que a despesa com pessoal, contratação de serviço terceirizado, custo com operação e manutenção no sistema. E como já foi apontado pelas empresas de auditorias, inclusive a PWC, há duas semanas atrás, em audiência do BNDES, a nossa empresa, ela é saneada quanto aos nossos custos gerenciáveis. Então, a empresa, ela é enxuta. Mas, aí porque que o valor da energia é tão alto? Nós ainda temos então três grandes hidrelétricas no Estado, nós temos JIRAU, Santo Antônio e Samuel e além das nossas pequenas Centrais Hidrelétricas. Mas, mesmo assim nós temos um grande preço de energia. Quando a gente vai fazer uma comparação com as demais empresas distribuidoras de energia no país, a Ceron, ela ocupa 49ª colocação como energia mais cara do país. Então, a gente deixou aqui destacada as empresas que estão aqui de vermelhos, são as empresas públicas. Então, em São Paulo, duas empresas de São Paulo; uma no Rio de Janeiro e outra em Sergipe, que são empresas privadas, elas são as maiores tarifas de energia. A primeira empresa pública que aparece no ranking da energia mais cara é a Amazonas Energia, que ela está em 8º, em 9º, em 13º que está lá Pará que é a CELPA e Maranhão que é a CEMAR, são as mesmas controladoras. Aí, você vai ver as outras empresas distribuição da Ceron, nós temos a Piauí, que é a Cepisa, 16º; nos temos Alagoas, a 30º; a 34º a Eletroac, nosso vizinho e a Ceron, apenas a 49º colocada como uma tarifa mais cara de energia. E o que nós sabemos, tem bastante gordura entre a primeira que está em São Paulo e a Ceron, nós sabemos que quando

privatizar, essa diferença aqui vai diminuir, podemos ter certeza deputado, se privatizar a empresa, essa diferença aqui, ela vai diminuir, vai dar daqui 2, 3 anos para Ceron está entre as 10 primeiras empresas com energia mais cara do país. É uma grande preocupação que nós temos com a população. E como está se processando o processo de privatização no setor elétrico; primeiramente nós temos com as mudanças de regras contra a prestação de serviço; estão se dando benefícios nunca dados a empresas públicas atuais para as futuras concessionárias; o quer isso tem a ver? Hoje a empresa devolve para os seus clientes pelo seu nível de serviço em torno de vinte milhões de reais por ano, pelas novas regras que está sendo proposta pela ANEEL a nova concessionária caso a empresa venha a ser privatizada, ela não vai precisar do nos próximos cinco anos devolver esse volume de dinheiro para os clientes, dando então um volume de cem milhões de reais, esses cem milhões de reais daria para praticamente resolver os nossos problemas da 429, fazer toda nossa interligação da 429, levar energia para Costa Marques, São Domingos, São Francisco toda aquela região ali. E é isso que o Governo quer fazer, primeiro flexibilizando, dando alguns benefícios as futuras concessionárias. Nós estamos alertando que o consumidor irá pagar o pato com a piora na qualidade do serviço, nós vemos aí as empresas que foram privatizadas, teve precarização dos seus serviços em curto prazo, nós vimos o que aconteceu com CELG, a CELG foi privatizada em março do ano passado, foi precarizado um serviço inclusive na capital em Goiânia, então isso é uma grande preocupação que a gente. A transferência das ações pelo irrisório preço de cinquenta mil reais, uma empresa com volume financeiro que é movimentada ao ano de um bilhão e quinhentos milhões, serão vendidas por cinquenta mil reais, isso é uma afronta a inteligência da população do Estado de Rondônia. Não esquecendo que o Governo quer assumir uma dívida das seis empresas de distribuição em torno de dezoito milhões e entregar ela saneada para a iniciativa privada. Um quarto ponto que a gente leva aqui sobre esse processo da privatização, grandes grupos econômicos sem nenhum compromisso com o trabalho social desenvolvidos por empresas, a exemplo do Programa Luz Para Todos que nos últimos dez anos investiram seiscentos milhões de reais, levando energia a mais de cem mil domicílio rurais no Estado de Rondônia, alavancado a agricultura familiar, e nós sabemos onde tem iniciativa privada, não foi feito um grande volume de investimento, a exemplo da Celpa no Pará, onde nós temos uma baixa densidade de distribuição de energia na zona rural e traz uma grande preocupação para os pequenos agricultores. Um quinto ponto que nós trazemos o Estado de Rondônia, que deveria defender os interesses da sociedade quanto à qualidade do serviço e do próprio Estado, totalmente omissos no processo, mesmo tendo um potencial crédito de mais de um bilhão de reais, decorrente de auto de infração de ICMS, então, existe um auto de infração que valores corrigidos devem estar em torno de um bilhão de reais, que a CERON deve para o Governo do Estado, e não está sendo discutido no processo de privatização. Então, tanto SENGE, como o SINDUR, traz algumas indagações, quem nos assegura que não irá acontecer com as nossas empresas o mesmo que aconteceu com as adquiridas pelo Grupo REDE que abandonou as concessões do Estado do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, parte de São Paulo, e deixou uma dívida no mercado de seis bilhões e duzentos milhões, que vai garantir que não vai acontecer isso com a nossa Ceron? Que a empresa seja vendida, a empresa da iniciativa privada assuma e venha mais para frente abandonar a empresa com rombo

bilionário. Será que a exemplo de privatização anterior esse grupo não vai ter uma linha de crédito junto ao BNDES para financiar compras e investimentos, enquanto não se tem crédito para habilitação saneamento etc....? Então, são algumas preocupações que nós temos. Será que os poderes constituídos do Estado de Rondônia, não deixem esse processo que é de extrema importância para os cidadãos e para as próprias finanças do Estado, passar em nenhum questionamento, sem nenhuma indagação, como ficarão os seus potenciais créditos decorrentes do seu auto de infração? Qual vai ser a resposta dada a população pelos agentes públicos do Estado, quando se constatar os prejuízos para a população e cofres do Estado de Rondônia? Então, são algumas sugestões que os trabalhadores e os sindicatos trazem com esta Casa, que a Assembleia Legislativa, requeira da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, informações quanto a providências tomadas para assegurar os potenciais créditos decorrentes dos autos de infração de ICMS, lavrado contra a Ceron diante de sua privatização. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, depois de análise de sua assessoria jurídica, estude a possibilidade de junto com outros poderes, de tomar todas as medidas necessárias para suspender o processo de privatização até que todo esse esclarecimento sobre o processo seja feito pelos agentes condutores do processo. E por fim, que Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, busque assegurar através das medidas ilegais cabíveis, que o processo de privatização não represente prejuízo para os consumidores do Estado de Rondônia, e nem represente demissão em massa dos empregados dessa empresa. Então, isso é um recado breve que eu quis passar Deputado Jesuíno Boabaid, e demais espectadores sobre esse processo de privatização da CERON. Então, que nos causa bastante preocupação, não só pela elevação da tarifa de energia no Estado de Rondônia, a precarização nos serviços, a entrega de um patrimônio que gera aí uma receita monstruosa para o Estado por apenas cinquenta mil reais, além da demissão em massa dos trabalhadores, a exemplo que já aconteceu com a CELG, foram demitidos mais de oitocentos trabalhadores em menos de seis meses. Então, são algumas preocupações, e os trabalhadores e os dois Sindicatos o SENGE e o SINDUR, traz aqui para esta Casa, para ser discutida. Obrigado pelas breves palavras.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Com a permissão de Vossa Excelência, gostaria de convidar para compor a Mesa o senhor Edson Ramos, Gerente de Regulação, representando a Eletrobras.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhor Nailor Guimarães, Presidente do Sindicato dos Urbanitários - SINDUR.

O SR. NAILOR GUIMARÃES - Bom dia a todos e todas os trabalhadores da Ceron, da Eletronorte, setor elétrico aqui do Estado de Rondônia. Deputado Jesuíno, agradecer e, infelizmente, essa Casa que tem o dever de debater essas questões só está presente a este plenário o Deputado Jesuíno, fazer um agradecimento por esse esforço que o deputado fez para que nós fizéssemos esta audiência pública aqui para debater uma questão muito importante, muito importante para os interesses da população do Estado de Rondônia. Nós tínhamos acertado, discutido em vários momentos aqui com vários parlamentares para que nós discutíssemos essa questão da entrega do patrimônio público do Estado de Rondônia à iniciativa

privada, Deputado Jesuíno, o Governo quer privatizar a Ceron e o tamanho da perda é inestimável para o Estado de Rondônia. A Ceron teve uma receita bruta em 2016 de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) e o Governo Federal quer entregar à iniciativa privada esse patrimônio do povo de Rondônia por 50 mil reais, e nessa demanda para entregar esse patrimônio eles fizeram algumas situações, demandaram institucionalmente alguns pontos que vale ressaltar porque está sendo transmitido e levado para toda a sociedade do Estado de Rondônia. 1. A Eletrobras como forma de atrair grupos financeiros especuladores realizará antes da entrega da empresa um ajuste da dívida da Ceron com a própria Eletrobras convertendo essa dívida em ações, isentando o novo dono dessas dívidas, fato que causará enorme prejuízo ao povo de Rondônia. 2. A ANEEL determinou duas revisões tarifárias para o período de 05 anos, enquanto os demais consumidores do país continuarão tendo apenas uma revisão a cada 05 anos, também autorizou já um aumento da tarifa em novembro do ano passado em torno de 9%, isso para tornar a empresa mais atrativa. A conta de luz vai aumentar sobremaneira. Já é alta a tarifa de energia elétrica. Esta Casa já fez alguns debates, iniciou uma campanha que não está dando muito a sociedade dando apoio, mas com esse projeto de entrega da Ceron à iniciativa privada a energia elétrica vai aumentar muito forte e não vai caber na maioria do cidadão do Estado de Rondônia, porque já tem uma inadimplência muito alta e com a iniciativa privada se essa empresa for vendida se esta Casa também permitir porque o interesse da sociedade de Rondônia que está em jogo a qualidade de serviço também vai piorar muito. Além disso, aqui tem Waldemar uma situação do Estado de Rondônia, nesses encaminhamentos colocados lá em Brasília pela ANEEL, lá no Rio pela Eletrobras, eles não levam em conta os vários auto de infração do ICMS, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços lavrados pelo Estado de Rondônia que chega em torno, como o companheiro Cunha apresentou aqui nas lâminas, chega a mais de R\$ 800 milhões esses auto de infrações do ICMS e isso o Estado de Rondônia tem que se posicionar, porque quem vai pagar mais uma vez é o cidadão de Rondônia. Nós sindicatos, SINDUR, SENGE, já fizemos denúncias no MPE, no MPF para que olhem essas questões porque é responsabilidade também do Ministério Público atentar para o que está ocorrendo dessa entrega do patrimônio do povo de Rondônia. Outra situação para uma reflexão e aí nós queríamos, como o Deputado Jesuíno falou no início, que tivéssemos aqui representantes da bancada federal, tivéssemos mais deputados desta Casa, do Legislativo aqui que representam a sociedade de Rondônia para nós discutirmos realmente, efetivamente e não estar fazendo discurso aqui só para nós, para que nós possamos discutir e debater essas situações. Só na questão da tarifa que a gente discute e debate, nós estamos à disposição, os dois sindicatos estão à disposição para fazer esse debate para contribuir nessa luta desta questão, desta tarifa que além de cara ela é muito injusta. Então, nestes... ó só no ano de 2016 Rondônia produziu o equivalente a oito anos de seu consumo, produziu energia elétrica, ela produziu 23.163GW, isso em 2016, nós estamos agora vendo 2017. Sabe quanto ela consumiu? 2.935GW, 2.900GW. No entanto, esta característica de Rondônia, por isso que nós chamamos atenção para o importante debate aqui nesta Casa. Ela produzia a partir do consumo de combustível, sabe qual é o combustível? Água. O combustível da hidrelétrica é água. Com custo baixíssimo de produção de energia elétrica. Isso ao invés de beneficiar o desenvolvimento regional, o desenvolvimento do Estado de Rondônia, com preços da tarifa compati-

vel com o custo da produção, isto só tem sido motivo de intensa disputa dos grupos empresariais que estão se apropriando, e querem se apropriar cada vez mais dos lucros exorbitantes, da maximização dos lucros e deixando o Estado sem condições de se desenvolver, porque energia elétrica é o principal insumo de qualquer produção. Outra situação. Nesta modelagem econômica apresentada pelo BNDES, foi o BNDES que fez a modelagem. Pela Eletrobras, pela ANEEL, é um equívoco ao considerar que uma empresa pública, companheiro Ezequiel, tenha que ser medida pelo seu balanço contábil, uma empresa estatal ela tem que atender aos interesses da população, e o que está contabilizando lá não contabiliza a contribuição da CERON na geração, distribuição da energia elétrica, para a infraestrutura do Estado de Rondônia. É isso que nós precisamos chamar a atenção, é isso que nós temos que debater nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas para nós discutirmos e debatermos estas questões. Aliás, e aí nós somos seis distribuidoras, quatro na Amazônia, o modelo setor elétrico companheiro Orlando, que nós debatemos muito. O custo amazônico, o custo do modelo setor elétrico na região amazônica, ele tem que ser arquitetado e operado tendo como objetivo central a promoção do desenvolvimento regional, inclusive, servindo como fonte de financiamento para a universalização de serviços básicos de saúde e educação para as comunidades locais mais carentes. A Ceron, todos sabem, Parlamentares, a sociedade, ela desempenha uma função social importantíssima para o Estado e para o país. Além de levar energia elétrica a todos os municípios, 52 municípios, aos distritos, aos locais mais longínquos que tem às vezes só tem um eletricitista da CERON e um policial. Mas está lá. Nem a telefonia é assim, porque a telefonia não universalizou, do outro lado aqui do rio você não consegue falar por telefone, e dar um exemplo como a telefonia seja um exemplo do que é bom privatizar. Vejam o rombo que aconteceu na OI agora e daí o Estado teve que intervir para bancar isso. A energia elétrica é esta intensidade, este desenvolvimento, este insumo para que? Para as questões básicas do estado de educação e de saúde. Veja só o que acontece. A Ceron chega a atender Deputado Jesuíno, não sei se o senhor sabe alguns municípios do Estado do Mato Grosso, lá é uma empresa privada que não está interessada, inclusive, esta empresa comprou o edital da Ceron para tentar comprá-la por 50.000 até o Valdemar que tem o negócio dele em Ariquemes tem condições de comprar pode fazer uma proposta para comprar, Valdemar, e aí a empresa não atende. A empresa privada de Mato Grosso não atende os municípios fronteira com Mato Grosso. Quem atende isso? A Ceron, porque é uma empresa estatal, porque o papel dela é atender e aí não pode deixar nenhum brasileiro sem energia elétrica, mesmo em pleno século que vivenciamos.

E para falar sobre a Ceron, deputado, importante isso. A história de Rondônia ela se confunde com a história da CERON. A importância que a empresa tem no Estado ela pode ser medida pelo crescimento mesmo que houvesse dificuldade no atendimento e demanda a uma conjugação de problemas técnicos estruturais e políticos. A história de Rondônia se confunde com a história da Ceron neste tempo todo em que ela está aqui, que ela foi criada para fazer para contribuir com o desenvolvimento econômico social do Estado de Rondônia. O crescimento econômico de Rondônia foi necessariamente atrelado a Ceron. Porque a energia elétrica é um fator estruturante da sociedade, ou seja, sem a energia elétrica para a população rondoniense, não haveria o desenvolvimento que ocorreu, isso porque todas as atividades econômicas precisam de energia elétrica, seja indústria, seja comércio, seja serviço, a Educa-

ção, a Saúde bem como a residência na área urbana e na área rural necessita de energia elétrica para efetiva qualidade de vida da população. A Ceron, Deputado Jesuíno e companheiros da plenária, a Ceron tem papel relevante porque é pública, com atendimento a todos os municípios, tanto na área urbana como na área rural, uma parte desse atendimento, aí que tem que ficar bem claro, uma parte desse atendimento não é econômico, não é econômico à empresa, está aqui o representante da empresa, mas que precisa ser realizado porque a população não pode ficar sem energia elétrica. Por fim, isso é importante para nós, é importante para os trabalhadores, é importante para a sociedade saber o que está acontecendo nesse momento e nesse contexto. A responsabilidade pelas consequências da privatização para a população de Rondônia da forma que está sendo conduzido equivocadamente é da bancada federal, deputados e senadores, até porque alguns parlamentares têm interesse econômico direto desvinculado à Ceron. Da mesma forma que o Governo do Estado aqui representado pelo Waldemar, nós convidamos, inclusive, mandamos convite para o Governo do Estado, mandamos convite para Vice-Governador. O Governo do Estado, o Legislativo, essa Casa e os demais poderes constituídos precisam olhar a Ceron como patrimônio do povo rondoniense e que precisa ser preservada como tal. E nós trabalhadores e nós do movimento populares sociais lutamos por um projeto energético para melhorar a vida de todos e todas com soberania, distribuição e controle popular. E vamos resistir, Deputado, vamos fazer resistência, vamos continuar fazendo resistência, o Sindur, Senge, movimentos populares, movimentos sociais. Os trabalhadores, as trabalhadoras, vamos fazer essa resistência. Resistiremos e vamos continuar lutando cada vez mais com contundência para não deixar que seja entregue esse patrimônio do povo rondoniense à iniciativa privada, não à privatização da Ceron!

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu estou ouvindo atentamente essas suas colocações dos dois representantes sindicais. Mas aqui eu queria fazer uma ressalva, a Eletrobras, já elaboramos ou já propomos diversas legislações de interesse do povo de Rondônia e muitas delas não são executadas, viu Presidente, então a gente tem que rever na sua totalidade, porque não adianta ficar nessa forma que ela está aqui, que eu queria entender essa matemática com a quadragésima oitava, é isso Presidente, quadragésima oitava? Mas, quadragésima oitava, lá em São Paulo, eu já estive em São Paulo, seu eu tiver a mesma, os mesmos eletrodomésticos que eu tenho aqui lá em São Paulo, o valor lá é R\$ 150 aproximadamente, aqui eu pago R\$ 800, isso é um absurdo, então a gente tem que analisar tudo, agora, o senhor colocou uma coisa bem clara aqui: responsabilidade de quem está sendo omissa nesta questão é a bancada federal, são os três senadores, oito deputados federais que estão deixando privatizar a Ceron, porque não cabe mais nem demanda judicial, o Supremo Tribunal Federal já autorizou a privatização de todas as Eletrobras, isso, inclusive já foi decidido já. Então não existe mais demanda judicial, Ministério Público Federal, Estadual, não tem mais nem o que fazer. Hoje a interferência tem que ser política, hoje qualquer busca tem que ser através dos representantes eleitos para estar lá em Brasília representando o povo de Rondônia, que na totalidade não fizeram nada, absolutamente nada, hoje Rondônia, eu vou dar um exemplo bem claro, sempre eu vou dar, vou exemplificar, Romero Jucá, respondendo processo, lava jato, todo tipo de processo, pegou o processo referente a uma Emenda Constitucional que

trata da questão da Transposição de Amapá e Roraima, pediu para pautar, aprovou na cara de três senadores, oito deputados federais sem emenda. É articulação política, e aqui nós temos um Senador da Republicar PMDB, Valdir Raupp, nós temos o Governador PMDB, nós temos uma bancada também do PMDB. O que acontece? Duas usinas que foram colocadas aqui no Estado, ao meu olhar ao meu sentir não trouxe nada de benefício ao povo de Rondônia. Agora, nesse ano político, esse ano foi bom, esse ano acontecer isso, porque eu quero ver o povo de Rondônia depois ficar se lamentando, murmurando, como é que essas pessoas retornam a exercer um cargo eletivo ainda com votação expressiva. Eu estou aqui na Assembleia Legislativa há 3 anos e 2 meses, mas eu quero, pode pegar os nossos trabalhos, pode pegar o tanto que nós já buscamos na defesa do povo de Rondônia, é o meu papel. Quando eu vejo alguma postagem: "é mais do que sua obrigação o senhor fazer isso", está certo, mas eu faço com propriedade, eu faço com responsabilidade. Eu não gosto de fazer firula, eu não gosto nem de fazer discurso. Discurso, para mim, o povo já está cheio. Eu quero ver ações. O que depender da gente, Presidente, a gente vai fazer. E não é porque não estão aqui os Deputados todos, mas no que depender das nossas ações, das nossas demandas, com certeza, uma questão de uma nota ou de um repúdio ou qualquer ofício encaminhado pelos 24 Deputados daqui da Assembleia, eu garanto que eu faço amanhã e eles assinam, muitos irão assinar. Agora, o que nós temos que ter responsabilidade é analisar algumas questões, alguns aspectos que estão acontecendo para depois não ficar, o cenário, e o governo também, o Governo Confúcio Moura ou a responsabilidade desta Casa que foi a culpa da privatização. Então a leitura é que hoje quem pode decidir essas ações é a política. E da forma que está sendo aí, que está sendo conduzida, a minha preocupação está sendo com os trabalhadores, está sendo com outros aspectos que o senhor colocou aí, não é? É outra, várias demandas, mas é bom para o povo estar acompanhando o que está acontecendo com a privatização da Eletrobras. Eu vou passar a palavra aqui, o MAB, eu não sei o que pode acrescentar, mas eu vou dar a palavra para todo mundo. E há também, quem quiser falar, acrescentar alguma coisa para a gente poder encaminhar alguma medida, que a gente já gosta de tomar alguma ação, o que nós podemos fazer, também o Waldemar vai falar também, o que nós podemos fazer como Estado, como Assembleia para tentar sensibilizar esta causa tão nobre. Eu, por mim, eu já, eu ia falar uma situação, mas é muito agressiva. Daqui a pouco, do jeito que está esta Casa, Deputado está respondendo processo por tudo que o direito até, antes nós tínhamos direito de manifestar ali na nossa fala, a imunidade parlamentar, mas o que eu estou assistindo hoje são situações meio complicadas. Então é melhor até evitar falar certas coisas. Eu vou passar a fala ao senhor Francisco Kelven.

O SR. FRANCISCO KELVEN – Bom dia a todos os trabalhadores, trabalhadoras que construíram a Ceron, essa empresa do povo de Rondônia. Para nós do MAB, em uma análise que a gente tem junto com o conjunto de sindicatos que representam os trabalhadores da energia, da água; a água e energia são setores estratégicos para desenvolver uma indústria nacional, desenvolver o país. A entrega dessas empresas representa a destruição de qualquer projeto nacional que a gente pense para o país. Não tem como desenvolver a indústria nacional, por exemplo, o Estado de Rondônia, se esses setores estiverem na mão de empresas que nem daqui são, que são as que querem comprar a Ceron, por exemplo. Quem são elas?

Neoenergia, a Energisa, a Equatorial, que em sua grande maioria tem ligações com políticos, parlamentares nossos, inclusive alguns deles aqui de Rondônia, por exemplo, não é? Cassol, por exemplo, é dono de várias PCHs, o Raupp é um dos que indica grande parte dos diretores da Eletrobras hoje, do Ministério de Minas e Energia; Romero Jucá. Então eles não vão fazer com que os trabalhadores de alguma maneira tenham condições para barrar essa privatização porque eles são interessados, junto com empresas de fora, empresas estrangeiras. Está aqui, a Neoenergia, Energisa, Equatorial, Banco Mundial, Fundo de Investimento da Singapura, vocês acham que uma empresa dessas, pegando a Ceron, ela vai continuar fazendo o que a Ceron fazia? Levando energia, por exemplo, para as comunidades quilombolas, indígenas, onde nem o Estado está presente, mas a empresa está lá. Eles sabem que são brasileiros, que são de Rondônia, porque a Ceron leva a energia lá. Então, a gente deixar com que a empresa seja privatizada é a gente fazer com que o conjunto da população do Estado pague a conta. Eles vão vender a Ceron por R\$ 50 mil, e dizem que é uma dívida milionária, mas é dívida com a própria Eletrobras, é dívida de investimento para pagar combustível para gerar energia em comunidades afastadas. É uma dívida com a própria empresa. E o Governo do Estado, o Waldemar está aqui na Mesa, não defende a empresa, nem a Ceron e nem a Caerd e faz ao contrário. Para nós, o Governo do Estado ter colocado a Polícia Militar na Audiência organizada pelo BNDES, com todo aquele aparato de segurança para revistar, passar detector de metal em todos os trabalhadores e toda população para poder entrar na Audiência e garantir com que nenhuma manifestação contrária acontecesse, para a gente é o Governo do Estado também se colocando favorável à privatização da empresa. Ao contrário de vários governadores, da Bahia, do Ceará, que já defenderam e disseram que não vão privatizar a empresa de saneamento, de água, de energia dos seus Estados porque entendem a importância da Empresa. Eu acho que hoje aqui, talvez, tenham mais trabalhadores da Ceron da Eletrobras do que na Audiência organizada pelo BNDS aqui, que aliás, foi um fiasco e também não teve a presença de nenhum parlamentar. Isso quer dizer o quê? Os trabalhadores estão sentindo na pele que a privatização da empresa está chegando e a nossa tarefa explicar para os trabalhadores e para a população o que significa a privatização dessa empresa. Eles estão discutindo hoje, Deputado, hoje a gente paga R\$ 60 reais, uma média da Eletrobras pelo megawatt de energia, eles estão discutindo para depois da privatização da Eletrobras esse valor ir para R\$ 150 reais o megawatt. Existe no Brasil hoje o que a gente chama de uma política energética, ou o modelo energético, é o jeito como o setor de energia está organizado no País e esse sistema foi estruturado durante a década de 90, durante o neoliberalismo, depois da construção dessas empresas durante o período de ditadura militar e ele foi organizado na década de 90 justamente para garantir que as empresas privadas se beneficiem do que é público, do que deveria estar a serviço da Nação. Então, não adianta a gente achar que o Judiciário vai barrar a privatização da empresa, porque não vai, pelo contrário, ele já disse: é legal, é constitucional, pode vender. E o parlamento tem muitos interesses no Ministério de Minas e Energia, nas empresas. O próprio Presidente, o próprio Diretor da Eletrobras que estava aqui na última Audiência, que está na Eletrobras, hoje, em Roraima, já foi demitido da empresa, ele era de Furnas, foi demitido da empresa foi colocado pelo Romero Jucá. Vocês acham que esse parlamento que está aí vai de alguma forma fazer com que não aconteça a privatização da empre-

sa? Vamos continuar pressionando o parlamento? Vamos. Mas, só vamos reverter isso com a mobilização popular, quando a gente fizer que o povo entenda que a conta dele vai aumentar. E como é que nós do MAB estamos fazendo nas comunidades? Ó! Tem lugar, até hoje, a Hidrelétrica de Samuel foi construída na década de 80 e até hoje tem comunidades, tem casas no lago da barragem que não tem energia. Tem muitos lugares, Triunfo, por exemplo, não tem energia. A energia tem um motor lá. São Carlos também do mesmo jeito. Vocês acham que uma empresa privada assumindo a Ceron vai continuar levando energia para esses lugares? Se a empresa não está preocupada mais em levar energia, mas, em gerar lucro? Não vai. E a gente precisa fazer com que a população entenda isso. Então, nós estamos falando para o povo nosso: Ó! Não tem energia aqui hoje, ou se tem e é ruim, se privatizar vai piorar. Além de a conta aumentar não vai chegar energia. E a gente precisa fazer com que os trabalhadores da empresa entendam isso e que a população também entenda, porque só os trabalhadores da empresa não vão conseguir barrar a privatização da CERON e nem da Eletrobras. Eles estão falando, vieram aqui na Audiência para falar que todos os trabalhadores vão ser colaboradores da empresa, que eles vão ser donos também da empresa, que eles vão poder comprar ação da empresa. Mas, isso é para convencer os trabalhadores e eles não terem resistência na hora que for privatizar. A CELG lá que tinha quase dois mil trabalhadores só da empresa, sem os terceirizados, hoje, depois da privatização tem mil funcionários, ou seja, quase mil funcionários já foram demitidos da empresa ou terceirizados, demitidos da empresa e recontratados como terceirizados. É isso que eles chamam de colaboração dos trabalhadores serem donos da empresa? Pois é isso que vai acontecer se a gente deixar com que eles privatizem a Ceron e sem falar da Caerd também, não é? Que também está caminhando para ser privatizada e tem uma decisão política do Governo Estadual para privatizar, para entregar a empresa. A Caerd, por exemplo, quem quer assumir foi a mesma que assumiu a água de Pimenta, a água de Ariquemes, a águas de Rolim de Moura, que a EGEA, um dos donos é o Kassab, do PSDB de São Paulo. Você imagina o que eles vão fazer com essa empresa. As próprias empresas que estão fazendo os estudos de modelagem dessas distribuidoras contratadas com o dinheiro público do BNDES o banco público para privatizar empresa são as mesmas que querem comprar ou tem ligação com que as que querem comprar. Vocês acham que os estudos que eles apresentam têm os dados reais da empresa? Na Audiência os próprios trabalhadores colocaram várias coisas que estavam erradas na apresentação. Vender essa empresa por R\$ 50 mil reais, Waldemar, como o Nailor falou até você tinha condições de comprar, não é? O Governo do Estado tinha que comprar essa empresa. Vai deixar privatizar Waldemar? Você acha que essas Comunidades Quilombolas, Indígenas, no interior do Estado vão ter energia, que a energia vai continuar chegando? É um risco ao Estado. É um risco ao Estado brasileiro a gente deixar com que isso aconteça. É o risco a soberania nacional. Tem lugares que não tem nem o Exército que não tem nem aparato militar, os companheiros eletricitários do Amazonas, sempre falam isso, tem lugares na divisa com outros países aqui, que fazem divisa com o Brasil; o Equador, Colômbia aqui do lado que não tem polícia, mas tem a empresa de energia, levando energia, eles sabem que são brasileiros, porque a energia chega lá. É um risco a segurança nacional, a soberania nacional, a gente deixar, por exemplo, que uma empresa chinesa compre a Ceron. E tenho que continuar fazendo pressão, nós achamos que se o trabalhador, se preciso for, tem que

fazer uma greve, que fique lá até abril, cruze os braços para fazer com que a população entenda o que é a privatização da Ceron e não deixe isso acontecer. Porque, novamente, não temos condições de reverter isso nem na justiça e nem no parlamento, porque o parlamento, a justiça é deles e o Governo Federal, nem se fala. Valdemar, são oitocentos milhões de ICMS. O governo do Estado, o quê que ele fez agora? Está pressionando aqui o Parlamento a autorizar a expansão do lago da Santo Antônio, gera mais energia para ele ter mais dinheiro e o Governo do Estado pressionando, pressionando a Assembleia, pressionando. O Ministro de Minas e Energia manda ofício para o Confúcio Moura, aí eles vêm aqui. Agora, para vocês terem noção, eles ofereceram um milhão para cada cidade do Estado, se os deputados aprovarem. Enquanto isso, o Governo do Estado teve uma redução de milhões de reais em royalties que vinha de compensação, que hoje estão ficando com as empresas geradoras; foi uma Lei que eles fizeram, costuraram no Ministério de Minas e Energia, uma mudança na política de compensação e hoje o Estado e os municípios estão perdendo; Itapuã, Candeias do Jamari, Porto Velho, todos esses municípios estão perdendo milhões todos os meses de royalties que não estão indo para outro lugar, não estão indo para saúde, para educação, para o Governo Federal, pelo contrário, estão permanecendo com a empresa, com a geradora. Enquanto esse dinheiro poderia estar sendo usado para saúde, para educação, transporte público nesta cidade, segurança e está ficando para as próprias empresas que já ganham milhões em cima da gente. Os atingidos por barragens desde muito tempo convivem diariamente com a privatização dos rios, da energia, às vezes, eles cedem o próprio terreno de casa, tem que deixar a sua casa para dar lugar ao lago de grandes hidrelétricas e eles muitas vezes não tem outra terra, ou tem terra ruim, não tem direito a compensação nenhuma; enquanto isso o Governo Federal, estadual continua fazendo com que essas empresas se beneficie cada vez mais as custas do povo. Era isso que eu tinha para falar. Água e energia não são mercadorias.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Presidente) – A palavra para o Waldemar, representando aqui o senhor Governador do Estado de Rondônia.

O SR. WALDEMAR CAVALCANTE – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência e parabenizar pela convocação das pessoas. É um prazer está aqui, eu não me furtaria de estar diante de um debate tão importante para todo o Estado; cumprimentar o senhor Edson, Gerente de Regulação, representando a Eletrobras; o senhor Leonir do Carmo, Diretor do Movimento de Pequeno Agricultor; o Senhor Ademir Cunha, Presidente do Sindicato dos Engenheiros, o SENGE; o Francisco Kelven, que colocou toda emoção aqui para fora agora, tem os motivos dele, ele está acompanhando o Movimento Atingidos por Barragens, dos quais eu conheço alguns integrantes a bom tempo e a gente ajuda na medida do possível também; o senhor Nailor Guimarães, Presidente do SINTUR. Bom, a semana passada, eu passei a semana inteira rodando o Guaporé e o Mamoré; então Senhor Francisco Kelven, eu tenho para dizer para o senhor que eu conheço toda essa região e que se a Eletrobras chega lá, você tenha a certeza que o Estado está lá também. Aliás, ali na Serra da Cutia, quando houve a necessidade de aumento de energia, aumento de capacidade, foi a minha presença lá, a pedido do Governador que fez isso acontecer, porque a gente levou para lá uma escola melhor, ampli-

ação de outra escola, posto de saúde para comunidade e pedimos o aumento de capacidade de energia, bem como, eliminação de rabichos e também a melhora na energia, até a população de Ricardo Franco. Agora mesmo nós estamos com uma esteira correndo até o trecho e pedido de eletrificação também para aquela população, então, a gente anda sim, certo? O senhor e referiu ao Governo e depois citou o meu nome, e o senhor tem todo o direito de falar do Governo, mas quando citar o meu nome, o senhor tem que conhecer a minha história. Com relação à Ceron, eu tenho que dizer para vocês o seguinte: eu sou totalmente contra qualquer ato que não seja soberano que tira a soberania nacional, eu sou contra a gente vender a nossa energia ou privatizar a nossa energia e que uma empresa de outro país venha cuidar do que deve nos atender, é como eu me casar e pedir para outra pessoa viver na minha casa cuidando dos meus filhos. Agora a gente precisa compreender algumas coisas, eu cheguei a pouco e fui surpreendido. Eu tenho acompanhado um pouco essas questões e essa briga com relação à privatização, os interesses fundamentais e que a gente tem que se ater independente de política, é de como resolver isso, como resolver a questão desses seiscentos funcionários que não entraram pela janela, eles não entram pela janela na CERON, mas parece que alguém quer que saiam assim pela janela. Então, a gente tem que ter um respeito com tudo isso, eu não sei como é que foi dimensionado e como é que estão pensando essa privatização, eu não tenho dados quantitativos que comprovem essa necessidade por quê? A CERON está dando prejuízo? A CERON está dando lucro? O grande volume de rabichos no Estado está fazendo com que grande percentual da população pague 20% a mais na conta, se vai aumentar, se vai diminuir, eu não tenho esses dados, esses dados para eu falar com vocês toda a verdade que eu gostaria de falar, certo. O incentivo se tem demissão voluntária, se vocês poderão ser aproveitados numa empresa privatizada por causa do know-how de conhecimento que vocês têm, se vocês podem ser acionistas ou não. Aí o senhor Francisco Kelvin, pegou e citou também assim como o Deputado Jesuíno Boabaid, a bancada federal de fato, a nossa bancada federal, é constituída por oito Deputados e quatro senadores, três senadores, não é? E não podemos apontar o dedo para um partido ou outro partido simplesmente e dizer que esse partido não fez isso, até porque, nós precisamos de uma bancada unida para poder fazer uma reflexão sobre o nosso Estado, se ela tiver lá pensando em partido qualquer que seja, a população padece. Então, eu discordo também da condição de que um ou outro sejam culpados, mas que todos têm que estarem unidos e avaliar quantitativamente o que está acontecendo no nosso Estado e na Região Norte, e se a privatização é uma coisa boa para quem é? É para a população? Que seja comprovado, que seja mostrado da forma como que tem que ser, porque a população está com os olhos vendados há muito tempo, a população, ela briga, vai para rua e pinta a cara, e na hora de saber a verdade sobre o que vai acontecer com os benefícios que ela teria direito, ela não sabe, ela se solta por um sorriso simples, um bom bate papo, uma conversa. Então, a ausência de informações nos torna ignorantes, nós precisamos, nós precisamos sim que as pessoas comecem a pensar com que acontece na base, o que a população precisa, o que nós podemos fazer pela população, não o que eu posso fazer para mim, eu não sou estatutário, eu não tenho empresa, não trabalho para ninguém, eu sou um prestador de serviço e fui convidado para estar com o Governador, e ninguém nunca me pediu para fazer o contrário, de fazer o que é certo. O Governador sempre quis que eu trabalhasse com essas questões

humanizadas, mas a população precisa despertar, não dar para a gente chegar aqui discutir política que não vai chegar a lugar algum. O STF decidiu? Está decidido? Da para impetrar alguma ação contra eles? A Bancada Federal está pronta para isso? Essa é a pergunta que nós temos que fazer para nós, detalhe. Nós temos senador dentro do nosso Estado que explora também a energia elétrica, ele paga royalties para a região onde ele explora? Ou será que a gente tem medo de falar isso e levar um tiro no meio da cara? Será que nós estamos cumprindo o nosso dever de cidadão? Tem duzentas pessoas talvez para aposentar, será que alguém está preocupado se homens com cinquenta e cinco, sessenta, sessenta e poucos anos, trabalharam na Ceron há vinte anos, se ficarem desempregados agora por mais um ano, eles não vão conseguir aposentar, por causa das leis trabalhistas? Será que estão preocupados com isso? O mercado está aí com treze milhões de desempregados, são preocupações que batem no coração da gente, como é que vão fazer? Se não tem emprego para jovens, vai empregar gente que nem eu, que nem outros que estão esperando aposentar aí. Talvez não, daí a pouco uma reforma pode vir e acabar até com esse sonhinho pequeno dele. Então, tem que mobilizar? Tem. Tem que mexer? Tem. Mas tem que quantificar o que se quer. A permanência da Ceron, se é difícil isso temos que buscar uma linha B, busque a linha A, tenta mobilizar a bancada federal e esse recado meu chega para lá, chega para os nossos senadores, chega para os nossos deputados, certo, eu sou contra piamente qualquer político acionista de empresa que ele está lá para representar a população, não está para ganhar dinheiro não, eles já ganham muito bem para isso, a gente tem que perder o medo e parar de pensar na individualidade, enquanto a gente não for uno no pensamento coletivo a gente vai ficar batendo cabeça sem informação. Com relação ao Governo do Estado, tive o prazer de conversar agora há pouco com o Vagner Garcia sobre o que está acontecendo sobre o que o jovem falou sobre 800 milhões, ele não me relatou o valor total, mas ele me disse que a maioria desses valores são relacionados a auto de infração, tem ICMS também que já está ajuizado ação de execução também e cobrança já está sendo feita pela PGE há bom tempo, já ganhamos algumas ações, perdemos outras. O Estado briga sim e está brigando aqui no caso para receber esses valores. Parece que é simples, mas não é, gente. Não é uma empresa privada que pega manda sair, manda entrar, não, tem os interesses e os interesses as vezes de um pequenininho atrapalha todo um processo, pega um processo e coloca lá na última gaveta dele e só tira a hora que alguém vai cobrar o processo. Eu estou à disposição para ajudar, para quantificar, para sensibilizar a bancada federal independente do que possa acontecer, a minha palavra como homem Waldemar é mais forte do que uma palavra de Governo, porque eu falo por mim e pelo Governo, as vezes eu tenho que me ater a algumas palavras. Está bom? Um grande abraço, sucesso a todos vocês, que Deus abençoe, mas comecem a trabalhar um plano estratégico, um plano estratégico relacionado ao que vai acontecer, o que pode acontecer também para que vocês não fiquem desamparados. Eu estou às ordens para ajudar neste momento. Um abraço.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Edson vai falar e aí tem uma lista de quase 15 nomes e pelo tardar da hora, quando terminar a fala aqui eu vou delimitar aqui o tempo de 3 minutos, então fica acordado em 3 minutos, é muita gente, vai passar de 45 minutos, vai terminar por volta de meio dia. Então passo a palavra ao senhor Leomir do Carmo.

O SR. LEOMIR DO CARMO - Bom dia a todos trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui presentes, e a Mesa. Afirmando esses elementos que os companheiros trouxeram aí da privatização da Ceron e que essa privatização da Ceron a gente não pode trabalhar com processo separado do golpe que teve aí no Brasil, não é, então isso é parcela desse golpe, desse desmonte que está vindo para cima dos trabalhadores, como trouxe a reforma trabalhista, reforma da previdência e agora as tarifas, tarifas de energia aumentando, tarifa do gás todo esse processo, então quem está pagando a conta é o trabalhador, e com a privatização da Ceron não temos dúvida, quem vai pagar a conta somos nós trabalhadores. E quando o companheiro traz que o povo tem que saber, o companheiro Waldemar, só que aí nós temos que saber qual o mecanismo que nós temos para que o povo saiba, não é? Então os espaços eu acho que a Casa aqui está fazendo neste momento poderia estar somando mais porque talvez só nós trabalhadores, muitas vezes os movimentos sociais, outras categorias fazem esse debate nós não conseguimos chegar, mas talvez quando um parlamentar fala em defesa do povo talvez o povo vai ouvir e entender. E outra, como é que nós vamos trabalhar também para que o povo entenda essa privatização? Que quando o companheiro traz que nós temos que saber mais se a privatização vai ser boa ou vai ser ruim, então como é que o povo vai saber? Quando o companheiro Kelven traz aqui que a venda da CERON vai ser por 500 mil por causa de uma dívida que tem, mas o 500 mil vai dar para pagar essa dívida? Então quem vai pagar essa dívida? Essas são coisas para a gente refletir. A privatização queira ou não queira é uma parte do desmonte da soberania alimentar, não é? É da soberania. E principalmente ter o controle do território, que nem o companheiro Kelven trouxe, tem lugar que a energia chega e determinada situação não chega. Então queira ou não queira o setor elétrico tem um conhecimento total do território. Então isso também é um controle que possa está nas mãos das grandes empresas. E no mais temos que nos organizar como classe trabalhadora para barrar esta privatização da Ceron, e já foi falado aqui quando foi falado da Casa o Deputado falou que não tem tanta força, então somos nós trabalhadores que temos que nos unir e debater. Então, e falar aí que o MPA se soma junto na luta porque esta luta não é só dos trabalhadores da Ceron, não é só dos trabalhadores da Eletrobras, mas sim de toda a classe trabalhadora. E quem vai pagar a conta somos nós trabalhadores. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora terminando a fala da Mesa, o senhor Edson Ramos Gerente de Regulação, representando a Eletrobras.

O SR. EDSON RAMOS – Bom dia a todos. Bom dia ao nobre deputado; a toda a Mesa composta; aos nossos colegas da CERON. Estou aqui hoje, cheguei um pouco atrasado aqui porque eu estava nas minhas atividades normais vocês já conhecem. E fui demandado pelo Presidente para que pudesse representá-lo aqui nesta Audiência, tendo em vista que ele não pôde vir por motivo de força maior. E por outro lado assim que ele me convocou lá para a sala dele para me explicar ele até me mostrou uma apresentação que trata dos pontos do processo de privatização que eu trouxe aqui no pen drive, mas se me permite senhor deputado, eu não acho interessante nem sequer apresentá-la por um motivo bem claro: é apenas um rito burocrático. Eu acho que o fato do Presidente ter me indicado para representá-lo tem um lado ruim que é o conhecimento de todos vocês, assim como o meu. Nós temos muito,

muito pouca informação sobre o processo de privatização. Tudo o que foi colocado aqui pelos companheiros é fato. Por outro lado, eu sou Gerente de Regulação, eu trabalho de forma específica com os custos da empresa e aquilo que é repassado e que é suportado pelo consumidor. Então, por outro lado eu também posso também detalhar um pouco melhor o que os colegas colocaram aqui e até eles chamaram de flexibilização das tarifas, e isso me remete algumas observações. A primeira delas é discordar prontamente do fato de dizer que privatizar a conta de luz vai aumentar, a conta de luz já aumentou, e é basicamente em função do processo de privatização. Na condição de Gerente de Regulação eu não preciso colocar, inventar nenhum fato, ou tomar posição, eu não preciso de nada disso. Basta para eu refletir o que está nos documentos da ANEEL e que é de domínio público. Os senhores do Sindicato conhecem, os colegas também, e as pessoas que são interessadas podem pesquisar isso na ANEEL, ou, até mesmo lá no Google e colocar lá: flexibilização das tarifas ele vai descobrir o objetivo da flexibilização das tarifas e porque que hoje as tarifas de Rondônia se elevaram aí na ordem aí de 8.27 para em efeito médio o consumo de Rondônia. Então por outro lado estou aqui representando o Presidente que não pode vir, mas por um lado enquanto Técnico não tenho dificuldade nenhuma de falar sobre o assunto porque eu trato de tarifa e é de domínio público. Portanto isto que os colegas colocaram aqui sobre a questão do aumento de algumas tarifas é fato. Isso é fato. Não é, e é basicamente para se atender o processo de privatização. Não cabe a mim julgar aqui na condição de representante do Presidente se isso é bom ou ruim. O fato é que tem uma resolução homologatória, sobre resolução homologatória tem uma nota técnica e esta norma técnica vai estar lá descrito as razões que fizeram com que se elevasse o preço das tarifas em Rondônia. Por outro lado, concordo plenamente com o deputado Jesuíno quando ele coloca o seguinte: talvez a questão hoje para discutir isso, principalmente, é no âmbito político. Essa discussão precisa acontecer. Inclusive a própria ANEEL, hoje, ela está a reboque do Ministério de Minas e Energia. Quando o Presidente me chamou aqui para eu vim representá-lo eu disse: eu vou dizer o que? É uma pergunta que qualquer um dos senhores é colocado aí: o que nós vamos dizer sobre o processo de privatização? Ele é bom? Como o que me antecedeu aqui o Dr. Waldemar colocou: ele é bom? Ele é ruim? Está certo, está errado? Quem vai ser afetado? Quem não vai ser afetado? Isso não está claro, efetivamente. E sendo bem claro cada um de nós poderia dizer assim: eu sou a favor da privatização. Sim, e eu sou a favor da privatização por quê? Quais são as razões técnicas para isso. Por que o que acontece? Dizer que é a favor da privatização, mas ao mesmo tempo sabendo que o consumidor está a campo parte deste processo é algo bastante complicado porque eu, por exemplo, sou formado em administração de empresas e uma das coisas que a gente aprendia na faculdade bem claro é: ao capitalista, aquele que vai empregar, o empreendedor ele é responsável pelo risco que ele assume. No caso específico, sobre Deputado, das questões ligadas à flexibilização das tarifas, esse risco está sendo repassado diretamente ao consumidor, isso já é fato, o Cunha apresentou ali a questão da flexibilização, isso é fato. Então, quer dizer, ser a favor da privatização é acima de tudo repassar esse custo para o consumidor ou o sujeito que vai assumir os novos designios do negócio ser responsável por isso, porque vou explicar um pouquinho sobre o processo de flexibilização das tarifas. Essa flexibilização ocorre de que forma: nós temos

uns escores de eficiência onde a empresa precisa alcançar esses patamares, os colegas colocaram aqui antes, sobre uma série de indicadores, onde nós somos obrigados por determinação da ANEEL, ela fiscaliza, monitora, a agência acompanha isso a pari passu, só que nós temos um processo nisso tudo, não é simplesmente uma determinação de um indicador para você alcançar, não! A ANEEL estabelece de uma média nacional, ela faz um escore, faz um ranking e ao longo do tempo nós vamos nos adequando a esses indicadores. Por exemplo, se nós considerarmos o indicador de perdas que foi definida para a Ceron ainda em 2009, você tinha um patamar de perdas que era suportado para o consumidor e gradualmente a cada ano esse patamar ia mudando, ele ia baixando, ou seja, fazia com que cada vez mais a empresa se obrigasse a se tornar eficiente para recompor, para recuperar essas perdas de energia elétrica. Com a flexibilização, simplesmente a ANEEL pegou essa curva, a ANEEL não, o Ministério de Minas e Energia determinou que essa curva que vinha decrescendo ao longo do tempo, ela chegou num determinado momento que simplesmente aumentou. Hoje dentro da tarifa do consumidor, ele hoje é responsável por quase 23% das perdas, isso uma decisão do Ministério de Minas e Energia, não é uma decisão nem da ANEEL, porque a própria ANEEL se colocou contra isso, porque ele é responsável pela medição do escore de eficiência. Então, como os colegas colocaram, do ponto de vista capitalista nós estamos beneficiando aí os possíveis entrantes no negócio. Então, não tenho dificuldade nenhuma de falar sobre isso, porque isso é domínio público, isso já está nas notas técnicas da ANEEL. Por outro lado também, conversando com o Presidente Luiz Marcelo, ele falou assim: “nós estamos aqui cumprindo determinação do Ministério de Minas e Energia” e o Ministério de Minas e Energia incumbiu todo o processo de privatização ao BNDES. Como vocês acompanham aí existe um calendário e nós estamos indo agora para uma decisão do próprio Ministério de Minas e Energia, onde o processo pelo menos está definido que é até julho de 2018, a Ceron deve passar por esse processo de privatização ou talvez até mesmo de liquidação a partir de abril, onde a Assembleia Geral da Eletrobras vai se reunir novamente. Então, nós estamos falando de fatos, não é opinião, estou representando aqui a Eletrobras, mas estou dizendo que antes de representar a Eletrobras também sou gerente de regulação e como gerente de regulação eu vejo esses números lá, os colegas que trabalham comigo sabem disso também, então, nós acompanhamos esses números e não nos cabe falar nada diferente do que está lá nas notas. Então, hoje a posição que eu deixo aqui para os colegas talvez até para refletir um pouco mais aí nas horas das apresentações de vocês é que existe um detalhamento maior em relação a isso. Quanto à questão aí que se coloca os prejuízos que a Ceron tem, eu acredito que boa parte desses prejuízos se dar inclusive pelo o que foi exposto aqui. A Ceron leva realmente energia em condições bastante difícil, nós temos aí boa parte das nossas dívidas que são relacionadas diretamente a compra de energia e, essas dívidas elas decorrem, justamente, por falta de repasse de fundos setoriais que estava até então sobre a gestão do Governo, hoje está sobre a gestão da CCE – Câmara de Comissão de Energia e, é uma dívida monstruosa que existe aí para trás e que ainda não conseguimos recuperá-la e por tanto sanear as condições econômicas financeira da empresa. Mas, a Ceron em nenhum momento deixou faltar energia. Os senhores sabem aí que em determinadas localidades, muitas vezes, até por questões processuais e tudo mais, nós não tínhamos a contrapartida para

comprar energia, mas sobre um esforço da empresa, o consumidor dessas localidades, salvo algumas intermitências, como, às vezes, uma queda, alguma coisa assim, mas ele não teve o seu processo de fornecimento contínuo encerrado em razão das faltas de condições financeiras para adquirir energia. A empresa fez o seu esforço, adquiriu, isso está no passivo dela, mas isso também depende de contrapartida da regularização desses fundos e, se isso fosse feito, provavelmente, hoje a situação econômica financeira da Ceron seria bastante equilibrada. Às vezes, nós vamos discutir isso, o pessoal até colocou aqui que é bom a sociedade participar, a sociedade conhecer, eu mesmo muitas vezes o pessoal me pergunta o seguinte: “porque que a Ceron está ruim das pernas, é porque lá os funcionários ganham rios de dinheiro”? Uma coisa aqui para deixar bem claro, as tarifas não carregam salário, elas carregam custo do serviço, quando o colega colocou aqui a parcela A parcela B, ela tem uma divisão a parcela B carrega o custo de serviço. A ANEEL determina e calcula o custo de serviço. Se o seu valor está mais do que isso, é problema seu, o acionista que cobre isso, não é o consumidor. Se está dentro desses escores de eficiência, ótimo, a empresa está indo bem. O problema nosso nunca foi a parcela ‘b’, por incrível que pareça, é bom para os colegas aqui também saibam disso, nunca foi o problema relativo ao custo/serviço. O nosso desequilíbrio se dá em função da compra de energia e a compra de energia depende fundamentalmente desses repasses, porque como vocês sabem, boa parte da nossa energia é subsidiada. Se nós fôssemos hoje comprar energia para atender o sistema isolado, é uma energia bastante cara, porque ela se dá em função da geração térmica. E nós defendemos desses fundos e à medida que esses fundos atrasam, nós, é claro, ficamos em desequilíbrio econômico financeiro, quando eu digo nós aqui, é a Ceron, porque as demais empresas também passam por isso, mas já não tenho conhecimento de causa para falar sobre tais. Mas, por outro lado, a Ceron se esforça e não deixa faltar energia, não deixa os programas parar, seja o PLPT, seja, mesmo os indicadores de qualidade, há um esforço contínuo, mensalmente a diretoria da Eletrobras aqui está presente na ANEEL demonstrando que apesar de todas as situações difíceis ela está tentando conseguir se adequar aos indicadores estabelecidos. Então, deixo aqui aos colegas a minha condição aqui de representante da Eletrobras, mais especificamente da Diretoria local, que nos pediu para representá-los, deixando claro que esse processo nem mesmo a nossa Diretoria tem pouca informação, ele é totalmente conduzido pelo Ministério de Minas e Energia. No momento eu estou representando o Presidente, eu acho que eu estou deixando bem claro que tecnicamente eu coloquei para vocês a posição que está hoje, como a ANEEL descreveu esse processo. Porque você pegar a Nota Técnica 149, ela está bem clara que a ANEEL está dizendo o seguinte: o processo de privatização está influenciando nos preços das tarifas. E vocês vão saber lá o porquê, um dos exemplos foi esse que eu citei são perdas, mas existem outros indicadores. Então, na condição hoje, Nailor, eu entendo sua pergunta, mas como representante vou falar só tecnicamente representado o Gerente de Regulação. E acho que está bem claro para os senhores aí o entendimento da questão porque foi exatamente na linha do que vocês apresentaram aqui. Eu estou até, talvez, reforçando o que foi dito. Em algum sentido talvez esclarecendo até melhor a questão da flexibilização das tarifas. No mais eu agradeço a oportunidade, para não tomar o tempo aí, como o Presidente falou, há bastante pessoas inscritas, estamos à disposição. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só uma pergunta aqui, algumas perguntas. A arrecadação da Eletrobras é quanto?

O SR. EDSON RAMOS – Não entendi a pergunta.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A arrecadação da Eletrobras. Porque eu até falei com alguns representantes de sindicatos, isso tem que ser bem esclarecido, a arrecadação, gasto com folha, investimento, o comprometimento na situação de financiamento. Hoje, a Eletrobras Rondônia é viável ou inviável para o Estado, ou seja, para a União?

O SR. EDSON RAMOS - Na verdade, se caso esses fundos repassem tudo que nós temos direito, a situação econômica financeira da Ceron se equaliza, ela se equilibra.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Fundos você fala do que?

O SR. EDSON RAMOS - Porque na realidade é o seguinte, nós temos fundos a receber. Por exemplo, nós atendemos as áreas isoladas, não é? Parte dessa tarifa é subsidiada. A tarifa média que o consumidor de Rondônia paga para a compra de energia é R\$ 173,00 o megawatt/hora, hoje, dentro da tarifa. O fato é que quando você vai gerar isso nas regiões isoladas, isso vai por volta de R\$ 1.400,00 a R\$ 1.500,00 o megawatt/hora. Então, essa diferença é subsidiada por um fundo chamado CDE. Esse fundo, na realidade se constitui de um volume de recurso para subsidiar essas regiões, como o nosso caso aqui, assim como a região do Amazonas, toda essa parte do sistema isolado. Por sua vez, durante um bom período nós ficamos sem receber esses valores e pelo fato de ficar sem receber... Aliás, nós não recebemos até hoje, nós não recebemos esse recurso até hoje. Então, de certa forma hoje nós somos até meio inadimplente com alguns pagamentos de energia porque nós não recebemos. O problema é que ao não receber isso, a Ceron passa a ter uma dificuldade muito maior, porque ela passa a pagar juros sobre esses valores e isso desequilibra a situação econômica financeira. Mas isso, por incrível que pareça, muita gente, às vezes, até associa isso a uma questão de gestão. Não! É uma questão de repasse, de reembolso de custos que ocorreram e que não foram contemplados até o momento. Essa é uma das questões também que os colegas aí colocaram, que talvez o setor privado, conhecendo como ele é, não sei se eles suportariam tanto tempo simplesmente pagando todos esses recursos sem ter a devida contrapartida. Espero ter respondido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Outra pergunta. A arrecadação o senhor não...

O SR. EDSON RAMOS – Ah, sim, sobre a arrecadação. Eu acompanho essa arrecadação em nível anual, porque eu trabalho na parte de tarifa e a arrecadação, até para dar um esclarecimento, a última arrecadação foi e torno, como o Nailor colocou aqui, em torno de um milhão e seiscentos, um bilhão e seiscentos, 2000, entre novembro de 2016 a outubro de 2017.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Um milhão?

O SR. EDSON RAMOS - Um bilhão ponto seis.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Anualmente?

O SR. EDSON RAMOS – Anualmente. Desse valor, basicamente 400 milhões, como o Waldemar tinha colocado ali que aquele valor que foi apresentado não estava correto, de fato, é em torno de R\$ 400 milhões é só para ICMS. Isso que o governo arrecada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – E folha de pagamento, é quanto?

O SR. EDSON RAMOS – Não, a folha de pagamento, eu peço desculpa, por ser da área de regulação eu não acompanho essa informação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas alguém tem como informar?

O SR. EDSON RAMOS – Talvez aí o pessoal...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Porque falaram que a Caerd, a Caerd hoje é inviável. A Caerd hoje, 89% é só de folha. Então eu quero fazer uma... Como ele citou a Caerd aqui, eu acho que não tem nem comparação, só pelo cálculo que você falou de 01 bilhão, já...

O SR. EDSON RAMOS – Exato. E eu acredito que sim. Como o senhor mesmo colocou aqui. Essa abertura da Audiência Pública permite esclarecer muitas coisas, talvez, se ampliasse um pouquinho mais essa discussão a nossa área financeira conseguiria demonstrar claramente o que é essa dívida, inclusive.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas o correto seria nesta Audiência trazer esses dados, porque o povo que está assistindo isso aqui a gente está vendo pessoa técnica...

O SR. EDSON RAMOS – Verdade. Exato.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está havendo um debate, tem que ser tudo esclarecido...

O SR. EDSON RAMOS – Exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Folha, arrecadação, investimento, tudo isso, débito, mas tudo bem, ninguém me trouxe.

O SR. EDSON RAMOS – Consigo trazer no aspecto da tarifa, esse valor que é arrecadado anualmente, porque a ANEEL monitora isso anualmente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – As Usinas de Santo Antônio e Jirau, o que podem e o que poderiam trazer de benefício para o Estado de Rondônia?

O SR. EDSON RAMOS – Hoje no atual, porque a questão é modelagem, é como o colega já falou, a questão aí é modelagem. Se nós fossemos adentrar nesse assunto, nós teríamos, realmente, que fazer outra discussão que é o setor elétrico, é muito mais complexo a gente explicar aqui, detalhar essa composição da fatura o que tem lá. Hoje, no modelo atual essa energia que eles geram vai para o Sistema Interligado e na medida que eles jogam no Sistema Interligado, digamos assim, você tem mais oferta de energia, agora, essa energia retorna e como eu disse para o senhor, a gente tem um valor do custo médio entre tudo o que a gente compra, porque nós temos energia também dos Consórcios, mas nós temos contratos bilaterais na média, hoje nós compramos essa energia a R\$ 173 a média que eu digo na tarifa que o consumidor paga R\$ 173 reais o megawatt/hora.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, quer dizer então que hoje a Eletrobras arrecada, arrecada não, desculpa, compra a R\$ 173, mas vamos dar um número exato. Quanto que ela paga o que ela compra. Isso que eu queria entender?

O SR. EDSON RAMOS – Exatamente. Talvez o reembolso dela é muito maior, porque dentro desse valor, por exemplo, você tem perdas, tem outras questões técnicas aí que a gente teria que discutir, mas o fato é que o custo da CERON é muito maior do que esse e hoje ela está suportando isso. Isso, obviamente desequilibra o fluxo de caixa dela. E porque é que isso desequilibra? Porque muitas vezes esses valores não foram reembolsados devidamente no tempo certo para a empresa, às vezes, até alguma parte foi reembolsada com muitos meses de atraso, mas isso obviamente acarreta um grande problema para o fluxo de caixa.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Só para contribuir.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Eu acho que a gente não pode se prender só a questão do lucro contábil da empresa, no caso da Ceron e das empresas estatais na Amazônia. Eu acho que a gente tem que ir um pouco além, porque se a gente pegar muito pelo dado concreto só de quanto compra, quanto vende, qual é o lucro? Essa empresa ela não vai ter sentido aqui na Amazônia, porque dos 52 municípios que tem Rondônia quantos aproximadamente são autossuficientes de verdade? Qual é a renda per capita da população de verdade? Se a gente pegar Cacoal, Ji-Paraná, Porto Velho é uma coisa, se a gente pegar a maioria dos municípios de Porto Velho, por exemplo, atendimento Luz para Todos, ele tem que necessariamente ser com prejuízo, porque aquelas populações que são beneficiadas a grande maioria não conseguem nem pagar a conta de energia se for falar por renda per capita. Então, eu acho que a gente se prender muito a “esse novo contrato” a gente acaba perdendo o debate da importância da empresa e quanto uma empresa que tem um fim social e mais do que uma obrigação do Estado de diminuir as desigualdades na Amazônia já que ele investiu no Sul e Sudeste sempre. Então esse investimento ele tem que ser um investimento que ele tenha um fim social acima de ser uma empresa com lucros exclusivamente contábil. Eu acho que se a gente partir para

essa discussão de quanto que é o lucro contábil da empresa a gente tem que vender ela mesma. O que não é isso o que um parlamentar deve observar do ponto de vista de defender os interesses do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas assim, eu concordo. O que eu posso falar de uma forma bem tranquila, o Governo tentou a Reforma da Previdência. Na verdade, é da Previdência que ele tentou agora modificar, não conseguiu avançar. Vão mudar o foco, vão mudar o foco agora para as privatizações que isso pode trazer algum lucro viável para eles, eu não sei, eu não posso acusar, mas pode mudar até o olhar dos investidores para cá. É porque eu estava vendo com o Presidente da SENGE aqui, ele me mostrou que a folha de pagamento de vocês, inclusive, está no relatório é 10%, é 10% sobre a arrecadação é mais ou menos isso, então não é viável não chegou ao patamar de 89% que chegou a Caerd, aí já explodiu, já se tornou inviável. Eu estou aqui, registrar a presença do meu companheiro aqui, Deputado Léo Moraes, também está sempre presente nesses debates, mas, uma coisa eu quero propor aqui, inclusive, já de encaminhamento eu vou deixar vocês falarem, sobre a questão de delimitando questão de três minutos. Que a Casa Deputado Léo Moraes, proponha amanhã um Ofício ou um Requerimento assinado pelos 24 Deputados ou aqueles que quiserem assinar, propor uma Audiência Pública para essa bancada nossa lá no Congresso, uma Audiência Pública lá e aí vão todos os representantes do Estado para debater e quem puder ir também nessa Audiência Pública lá no Congresso chamando atenção, chamando, mostrando a insatisfação e as colocações necessárias, mas, como bem disse o Waldemar, a fala dele é muito importante, a gente tem que ter planos, tem que ter planos, porque amanhã ou depois é pego, vai, privatizou, como é que vocês irão ficar. Então, nós temos que ter planos viáveis para que não haja nenhuma espécie de prejuízo ou prejuízos aos servidores. Então, esses planos, viu Presidente dos Sindicatos aqui, nós temos que estar preparado, olha, para também chega na última instância, ter esta Carta aqui como fosse uma espécie de tentativa de não trazer prejuízo. Mas, eu já sei que está tendo plano de, daqui a pouco vai surgir um plano de demissão voluntária e aí surgem outras questões. Então, eu vou passar esta proposta já iniciando, a Audiência Pública aqui, eu acredito que tem que avançar é lá, viu Presidente, têm que ir para lá, o debate tem que chegar lá no Congresso. Eu acredito que algum Senador desse vai ou um Deputado Federal vai poder chamar essa discussão lá dentro do Congresso Nacional com Ministério, com ANEEL, com todo mundo, que lá está bem perto, que é em Brasília.

Então, eu passo a palavra, eu vou passar a Luzanira Moraes, que é a Presidente da Associação de Empregados da CERON. Cadê a Luzanira, três minutos Luzanira, tem o tempo aí para explicar.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Conforme o colega, caso o colega que está inscrito, for contemplado com o anterior, já declina. Vai haver uma informação através de bip quando completar os três minutos.

(Às 11 horas e 02 minutos o senhor Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao senhor Léo Moraes)

A SRA. LUZANIRA MORAES – Bom dia a todos. Como ele já falou, eu me chamo Luzanira, sou representante da Associação dos Empregados da Ceron; também sou dirigente sindical, sou trabalhadora da empresa há 31 anos. E eu sinto muito porque, a gente fez um rol de autoridades bem grande para Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, TCU; então, teve um rol bem grande e a gente sente muito porque eles não estão aqui para apoiar a gente, porque nós somos trabalhadores e somos eleitores, eu acho que eles ainda não estão, acho que ainda não caiu a ficha deles, que esse ano é ano de eleição e nós somos eleitores, nós votamos. E eu gostaria que o representante do Governo continuasse aqui, porque ele teve algumas palavras que ele colocou aqui, que eu gostaria de saber se realmente ele vai nos apoiar, porque ele falou aqui, ele disse aqui para nós, nós que estamos aqui trabalhadores, representantes aqui do movimento; que ele iria estar do nosso lado e eu queria saber dele uma posição, gostaria que ele assinasse alguma coisa para apoiar a gente neste momento que nós estamos passando. E gostaria também, o Jesuíno saiu, de agradecer o Jesuíno por ele ter aberto a porta para nós, de nós podermos fazer esta Audiência ao nosso favor; dizer não a privatização. Porque a privatização, ela não é boa, ela não é boa para nós trabalhadores, ela não é boa para comunidade, ela não é boa; ela só vai ser boa sabe para quem? Para os empresários, ela vai ser boa para os chineses que vem comprar, os franceses que vem comprar, gente; aí vai ser bom para eles. Mas, nós trabalhadores, nós vamos está perdendo. Nós fomos chamados também para uma Audiência Pública, o nosso Presidente está aqui, Nailor; o Cunha, o Presidente do SENGE; no TCU, no TCU não, no Ministério do Trabalho, porque vai ter demissão em massa. Isso a gente sabe, a gente está ciente. Mas, nós vamos lutar, sabe por quê? Porque nós vamos lutar? Porque nós somos trabalhadores, nós temos força, nós temos voz ativa e nós vamos ganhar essa luta, com certeza, não desanimem, é nós e muito obrigada pela oportunidade. Era esse o meu recado que eu gostaria de deixar aqui para todos nós trabalhadores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, só no prazo que o Deputado Jesuíno, encontrasse ausente, provavelmente foi ao banheiro. Nós damos seguimento aqui na Audiência, convidando o Senhor Orlando Francisco, do SINDUR para que faça uso da sua palavra no tempo de três minutos.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Bom dia prezados companheiros e companheiras do plenário; Deputado Léo Moraes; Nailor Guimarães Gato, o qual eu cumprimento os demais membros da Mesa. Eu gostaria primeiro de fazer um registro da fala do Deputado Jesuíno Boabaid, no início quando diz que era importante os Deputados Federais, Senadores estarem aqui. Eu concordo plenamente com essa fala, mas creio que o interesse do Estado de Rondônia, passa por esta Casa do povo e que deveriam também está aqui os Deputados Estaduais, porque esse é um compromisso com a população que trouxe esse Deputados para cá, para representa-los, compromisso esse que passa Deputado, não por aquilo que o representante do Governo falou que não tem uma visão política contestando meu querido companheiro Kelven. Isso é uma pro-

posta de política de governo, e política clara de governo neoliberal que quer vender todo patrimônio do povo brasileiro. Então, não tem essa discussão de que “ah! Isso aqui não é de partido político ou deixa de ser, isso aqui é decisão política que se toma e com decisão política de cada partido político”. Então, o representante do Governo foi embora, mas ele representa um interesse, ele não representa a si, assim como o representante da CERON aqui, da Eletrobras Distribuidora, que também faz um discurso dubio do meu ponto de vista, ou eu estou de um lado, ou estou de doutro, quando eu represento um interesse da empresa, então, se posicione, eu estou aqui, o interesse da empresa hoje aqui é ser vendida, fica difícil a gente ficar com esse discurso “ah! Eu sou trabalhador, eu sou colega”. Não, eu não sou colega aqui, aqui eu sou um profissional que tem posição política e tenho que defendê-la, então, esse é um ponto que eu gostaria de destacar. Outro ponto que o Deputado Jesuíno Boabaid, já em outra Audiência Pública falou, ele voltou a repetir, eu volto a repetir aqui, é no sentido de que nós não podemos ver empresas do porte da Eletrobras Distribuidora ou a Eletronorte na Amazônia como uma empresa qualquer, ela não é uma empresa transportadora de ônibus que visa lucro, ela é uma empresa que ela tem um fim social muito maior do que a questão de lucro contábil, ela não é uma panificadora que o camarada vai lá e investe o seu dinheiro e quer uma remuneração, porque se assim for verdade a Amazônia estaria até hoje com um monte de equipamento diesel de 1940, quando chegou aqui a Eletronorte que trouxe as máquinas que usaram no Rio de Janeiro, utilizaram em Belém do Pará e trouxeram para cá para formar a Usina Três. Por quê? Porque não haveria investimento estatal para poder colocar energia em Rondônia, já que os custos para colocar são muito altos em relação aquilo àquilo que recupera de retorno, uma linha de transmissão Rondônia/Acre, ela nunca vai dar lucro, uma linha de transmissão para Itapuã do Oeste, nunca vai dar lucro, Ji-Paraná, que é um lugar muito maior, não vai dar lucro, o Luz Para Todos, não vão dar lucro. Então, a ideia de que a empresa tem que enxugar porque tem que fazer dinheiro para dar luro, é uma falácia do ponto de vista de Amazônia, é uma falácia, porque o estado brasileiro que se eximir da responsabilidade Deputado Léo Moraes, de fazer os investimentos que fez no interior de São Paulo, que fez em Minas Gerais, que fez no Distrito Federal de onde eu vi, lá tem 100% de esgoto, lá tem 100% de energia, coisa que aqui na Amazônia, com mais de vinte e cinco milhões de brasileiros, a grande maioria desassistida dos bens públicos que o Sul e Sudeste já têm há muitos anos instalados com dinheiro de todos os brasileiros, e quando eu digo com dinheiro de todos os brasileiros é que foram com os impostos de todos os brasileiros que foram montados esses Estados hoje que tem 100% de energia e 100% de água. Então, agora a Amazônia, não pode ser renegada a um plano de que nós temos notícias do que acontece Kelven, aqui quando a iniciativa privada pega, por exemplo: tem oito anos que a Usina de Apertadinho, na Região de Vilhena, estourou e nunca se soube se alguém foi punido, e lá tinha mão do Eduardo Cunha, Deputado Federal que foi Presidente da Câmara dos Deputados, cadê que ninguém fala do Apertadinho mais, foi lá iniciativa privada, se fosse à iniciativa pública, não aconteceria como não aconteceu. Apertadinho, é tão importante quanto à discussão de Mariana, e Apertadinho,

está aqui na Amazônia, ninguém fala nada, ninguém fala do dano ao bioma que teve aqui e porque não fala, porque a Amazônia é invisível. Então, vender a Eletrobras Distribuidora por cinquenta mil reais, é uma afronta a inteligência dos Amazonidas. Muito obrigado, a todos sucessos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente agradece ao Orlando. Vamos passar a palavra em ato contínuo para o Waldemir. E gostaria de deixar registrado aqui, esse debate, ele ultrapassa a barreira de cunho biológico que demonstra uma matize ou uma cor partidária inclusive existe estudos e demonstram que até quem tem uma posição mais conservadora ou até quem sabe neoliberal, ela entende que empresa pública há de ser forte, assim como muitos setores da sociedade, eles retratam a soberania nacional e tem que ter um debate muito mais profundo, ampliado antes da tomada de decisão, isso subsidiado com informações. Então, corrobora com pensamento do Orlando, inclusive dos pioneiros e dos realmente dos Amazonidas que fizeram a diferença para construir o cenário que hoje o Brasil tem.

Passar a palavra para o senhor Waldemir Pires, para que faça em três minutos a demonstração da sua opinião.

**(Às 11 horas e 12 minutos,
o senhor Léo Moraes passou a
Presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Eu queria informar as senhoras e senhores que o sinal sonoro não está funcionando, mas nós vamos avisar os 3 minutos, está bem.

O SR. VALDEMIR PIRES – Bom dia a todos e a todas, nossos companheiros da Ceron, da Eletronorte, Sindicato dos Urbanitários, Sindicato dos Engenheiros, cumprimentar a mesa. Eu quero falar aqui já me sinto um pouco contemplado com a fala do Orlando, mas gostaria de falar aos parlamentares, aos companheiros aqui que nós do sindicato já passamos essa informação, já mandamos uma carta aos parlamentares de Rondônia no seguinte aspecto, eu vou ler aqui uns trechos da carta dizendo o seguinte: “O Estado de Rondônia com 35 anos de criação ainda é unidade de Federação em fase de estruturação básica diferente das unidades da Federação onde foram investidos trilhões de reais em gastos em eletrificação urbana e rural, como ocorreu em Minas Gerais, no Paraná, São Paulo e demais Estados das regiões Sul e Sudeste do país. A Federação ainda tem uma imensa responsabilidade com a nossa região”. E aí nós falamos assim “Excelentíssimos Senhores e Senhora Deputada, senhores parlamentares da Bancada Federal de Rondônia, estamos neste momento assinando a paralisação do desenvolvimento de Rondônia para atender os interesses federal do saneamento de dívidas geradas pela União das quais nós não temos responsabilidade. Destaca-se que a CERON chamada nos últimos tempos de Eletrobras/Rondônia vem sendo gerida nos últimos 20 anos pela holding Eletrobras, portanto, senhoras e senhores, se foi mal administrada é de pura responsabilidade da União, é justo que nós os ainda bandeirantes de Rondônia paguemos essa conta e não nos esqueçamos que também somos brasileiros”.

Então eu queria deixar aqui a minha mensagem de que os deputados, senadores já foram procurados, já mandamos correspondência, já fizemos uma audiência pública aqui no ano passado e foi encaminhada toda documentação a esses parlamentares, então se até agora não houve manifestação contrária a tudo que está acontecendo feito pelo BNDES, feito pelo MME, pela ANEEL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento que passou de ser um banco de fomento para ser um banco privatista nós não temos responsabilidade, mas temos a vontade da gente barrar essa privatização porque isso é prejudicial ao Estado de Rondônia, ao povo de Rondônia e a todos nós empregados da CERON que estamos aqui nesta luta já não é de agora, é desde 2016. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Senhor Idelfonso Madruga, do SENGE.

O SR. IDELFONSO MADRUGA - Senhores, bom dia. Três minutos é muito rápido, então vou tentar ser o mais breve possível. Cumprimentar toda a Mesa e toda plateia aqui. Vou abordar o assunto do valor da energia, hoje tem 96 concessionárias no país, concessionário ou permissionário, se nós fizermos um ranking da energia mais cara para mais barata a nossa já foi dito aqui por outras pessoas e repito é o 49º mais caro, então nós temos 96 concessionárias a nossa é a 49ª, então é como se eu fizesse um concurso que tem 96 vagas, se eu fiquei em 49 eu posso dizer que eu fico entre os primeiros colocados? É claro que não, minha gente. Muitos dos nossos senadores, deputados federais, muitos formadores de opinião do Estado de Rondônia dizem que a energia de Rondônia é a mais cara do Brasil, eu já li na imprensa alguém dizendo que a energia de Rondônia é a mais cara da galáxia, basta procurar no Google que vai estar escrito lá, então quem diz isso diz por dois motivos: ou por ignorância, ele ignora a informação, ele fala sobre o assunto sem saber, ou porque ele é um mal caráter, ele quer distorcer a opinião. É isso, minha gente, 96 concessionárias no país, nós somos o 49º do mais caro para o mais barato, onde é que a energia é a mais cara do país? É só fazer conta, minha gente. Aí o nosso deputado falou hoje de manhã, ‘ah, a energia em São Paulo uma casa consome 200 reais’. Eu vim do Rio Grande do Sul, morei 35 anos lá e é muito fácil entender isso, muito simples, lá ninguém usa ar condicionado ou se usa muito pouco, é mais frio fora de uma geladeira do que dentro da geladeira. Eu sempre digo isso, lá ninguém tem ar condicionado, ou se liga o ar condicionado ocasionalmente. Um ar condicionado aqui ligado aqui durante um dia consome dez reais, então não é pelo valor, é pela quantidade. Não sei se todo mundo consegue compreender isso, eu acredito que sim. Ora, se eu consumo muito mais a energia aqui do que no Sul do país, embora o valor da energia seja mais barato, eu vou pagar mais caro, é fácil de entender, não é, minha gente? É simples. Outra questão, entregar energia aqui é muito mais difícil, é muito mais caro, se nós somarmos os seis Estados do Rio de Janeiro, Espírito, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, nós teremos um Estado do tamanho de Rondônia. Eu vou dizer de novo, parece um absurdo, parece que eu estou mentindo, isso é verdade. Rio de Janeiro, Espírito, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, todos juntos, temos um Estado do tamanho de Rondônia.

Estes Estados juntos eles terão uma população de 34.000.000 de habitantes, Rondônia tem 1,7 milhões. A nossa densidade demográfica é 07 habitantes por quilometro quadrado, sete. A densidade destes Estados é de 130 habitantes por quilometro quadrado. É muito mais difícil entregar energia aqui em Rondônia, no Acre, no Amazonas, em Roraima. Não há o que se discutir, é muito mais difícil. Para encerrar faço aqui uma comparação entre o Estado do Pará e o Estado de Rondônia, são dois estados como o nosso, são estados grandes e, certamente, muita gente aqui na plateia que é do Pará, certamente tem alguém que é do Pará aqui. Lá quem distribui a energia é uma empresa privada, chama CELPA, é o terceiro kW/hora mais caro do país. Hoje o Brasil tem em torno de 215.000.000 cabeça de boi. O Estado de São Félix do Xingu fica no Pará. Só o Estado de São Félix tem 1% de todo o rebanho, de todo o rebanho. Então São Félix do Xingu. Resumindo a ópera: o Estado do Pará tem muito boi lá, muito. E aí eu faço a comparação, faço a analogia, fazemos sinapse, pensamento, só isso. Pensa um pouquinho. Lá o litro do leite em Belém do Pará, eu consultei ontem pela internet, custa R\$2,79 e aqui no nosso irmão Gonçalves custa R\$2,08. Lá é 25% mais caro, ou seja, ¼ do valor mais caro minha gente. Por que que é só trouxe o exemplo do leite minha gente? Só um exemplo de um produto que é produzido na área rural, por quê? Lá é a CELPA, empresa privada, o Programa Luz para Todos lá praticamente nunca ocorreu, por que? O setor privado visa lucro, minha gente, é normal isso, vou atrás do lucro. Eu tenho uma padaria eu quero ter lucro sobre a venda deste pão. E a energia lá é da CELPA ela visa lucro ela não leva energia a área rural, ao contrário de Rondônia. Rondônia tem energia que foi levada pelo Programa Luz para Todos a praticamente a todas as regiões. Logo quem produz leite, quem trabalha com boi, com vaca, quem produz, produz por ¼ do valor mais barato aqui. Isso é um produto, minha gente, está certo? É isso. A energia ao ser privatizada vai subir em média 45% acima da inflação, acima da inflação. Temos a expectativa de que não, não é verdade, tanto é que está no Edital, o edital está escrito lá o novo comprador vai ficar em primeiro lugar aquele que vender a energia mais barata. E quanto é o mais barato? É o valor do kW/hora que já está sendo comercializado agora ou até 50% mais caro. Foi apresentado lá na Assembleia e esteve lá. Quanto é que é o mais barato? Eu vou comprar, eu sou investidor da China. Me imagine um chinês, eu vou comprar a Centrais Elétricas de Rondônia, qual é que vai ser o meu kW/hora mais barato? O mais barato possível já é o que é de agora, eu poderei comprar com valor até 50% mais caro. É isso minha gente. O litro do leite a 25% mais caro ali no Pará que tem um dos maiores rebanhos bovinos do país. É isso. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu só tenho uma discordância aí com a tua fala que é a questão da energia elétrica mais cara do país. Eu continuo afirmando e vou continuar afirmando. Diferente do país eu acho que o único que pode bater com esta discussão é Itaipu. Itaipu tem a maior hidrelétrica considerada do mundo. E aqui em Rondônia nós temos duas hidrelétricas de grande porte e Samuel. É por isso que eu falo Deputado Léo Moraes, essa pouca vergonha nós pagamos R\$0,69, é isso? É mais ou menos isso que foi colocado ali. E vou continuar falando. Agora se Rondônia não tivesse

nenhuma usina, ah, aí era tranquilo. 48ª poderia estar... mas eu ainda acho e vou continuar nesta minha colocação porque Rondônia tem estas duas usinas e poderia ao meu... sabe qual é a minha colocação, Deputado Léo Moraes, se nós tivéssemos uma bancada de vergonha no mínimo deveria ter uma isenção para todo rondoniense pela desgraça que trouxeram aqui para Rondônia. No mínimo, no mínimo. Uma isenção de muito e muito aí uns por centos aí. A gente aprovou recentemente aqui uma redução de ICMS, só que só existe para o governo a questão desta taxa é embutida na tarifa de energia e ICMS, o restante são todos da União, os tributos.

Vou passar a fala agora para o senhor Engenheiro José Ezequiel, Diretor da SENGE, representante da FENGE.

O SR. JOSÉ EZEQUIEL – Senhores da Mesa, bom dia; companheiros, bom dia. Eu trago aqui, vim com esta incumbência trazer a fala da Federação Interestadual do Sindicato e Engenheiros, que comprometida com a nossa luta, inclusive, de todo o setor elétrico em defesa da Eletrobras, e como Diretor do Sindicato dos Engenheiros nessa luta em conjunto com o SINGUR, agradecer o apoio do movimento social, do deputado que abriu esse espaço para nós nos os manifestarmos. O que eu queria dizer para todos não é repetir aquilo que nós já estamos acostumados e que trazemos o nosso coração uma profunda angustia de ver todo esse cenário, mas eu queria dizer para a classe política e dizer a essa Casa que é um acinte, o que está colocado, venderam a empresa como a Ceron por 50 mil, deveriam ter vergonha, desde a Câmara de Vereadores aos prefeitos, a esta Casa, a maior vergonha, porque é uma incompetência política com uma empresa do quilate da Ceron, é isso que a gente deveria compreender; entender que a sociedade não vai saber mesmo, porque até nós temos dificuldade discutir uma empresa pública olhando o que ela dá sob o ponto de vista do que é lucro e do que é prejuízo e, não olhar o seu retorno, o seu ponto de vista social, a sociedade não vai entender isso, ela entende sim na ótica da sua dificuldade, do seu negócio que ela tem que colocar que o dinheiro que põe volta; quem tem que entender isso é a classe política comprometida com o Estado e com o seu povo. É isso que nós queremos dizer nesta oportunidade aqui nesta Casa, para que também repercute nas Câmaras de Vereadores lá nos municípios, porque vender a empresa por 50 mil, pessoal, isso aí é uma acinte, isso é chamar a todos nós amazônida e que temos dificuldades de entender, eu acho que não tem se quer dois neurônios para construir sinapse, quer dizer somos néscios, que dizer não conseguimos entender nada, deveríamos compreender que estão querendo colocar uma coisinha vermelha no nosso nariz, que somos palhaços, isso é um absurdo pessoal, eu acho que a gente no mínimo tínhamos que ter brilho. E, nesse sentido eu quero dizer que os trabalhadores que estão aqui têm brilho, porque carregam essa revolta não é de agora, estamos a tempos lutando, denunciando, somos vozes que estão nas ruas aí gritando, às vezes sem ter as parcerias, inclusive daqueles que foram para as ruas e não enxergam que o maior acinte é esse de entregar uma empresa, as empresas da região amazônica, especialmente a Ceron por 50 mil, este é o recado que eu gostaria de deixar bem claro, que a classe política desse Estado, toda ela, que a gente se unisse sim e dizer não concordamos com

esse acinte. A Ceron é do o povo de Rondônia, é um patrimônio do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não entendi não essa vergonha na cara aqui da Assembleia porque agora que, no dia que eu fui provocado a gente já abriu um processo de negociação, de conversação. Aqui não é Deus não, ninguém é onipotente, onisciente para saber o que está acontecendo a todas as demandas de Rondônia. Quando a gente foi provocado, na hora a gente propôs audiência e tentar mobilizar, ir para enfrentamento junto com vocês, não é Assembleia Legislativa, aqui o Deputado Léo Moraes está ao meu lado é um Deputado atuante, é um Deputado que chama as discussões para dentro desta Casa, agora nem tudo a gente está sabendo, nem tudo a gente está sabendo o que está acontecendo e, é por isso que nós chamamos essa discussão dando a devida publicidade, dando o devido espaço para vocês se manifestarem, abrindo um canal de diálogo, uma busca para tentar sanar essa problemática, agora dizer que a gente... É complicado, o povo tem que saber mensurar, colocar todo mundo numa vala comum, não é bem assim, a gente tem que saber o papel de cada um e a responsabilidade de cada um, eu sou um Deputado como já disse, eu não estou aqui para ser ofendido, ou político dessa espécie, dessa, eu sou diferente, do jeito que você fala eu também falo e retruco; independente o que vão pensar, eu não nasci político, eu estou policial militar da reserva remunerada, mas eu estou a favor do povo. Então aqui o trato tem que ser recíproco, se falar que a gente não tem vergonha na cara, Deputado, é complicado. Eu tenho vergonha e muita na cara, para mim o que importa para um político é a palavra, então a nossa palavra, as nossas ações, inclusive, estava discutindo aqui o que nós iremos fazer para tentar modificar esse cenário. Agora, responsabilidade, depois que a gente está sabendo de tudo o que está sendo falado; as ações nossas, será proposta alguma medida. Agora, também, se a Casa, se vocês acharem por bem que a Casa não pode fazer mais nada, que nós não temos condições de ajudar em nada, fica à vontade também. Eu fico aqui bem tranquilo em responder vocês e também abrir mão de qualquer ajuda se vocês acharem por bem. Gilson Queiroz do Sindur.

O SR. GILSON QUEIROZ - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa em nome do nosso Presidente Nailor Gato e também do Deputado Jesuíno Boabaid. Então, muito bom-dia. Sobre aquela palavra, a pergunta que o representante do governo deixou aqui sobre se a empresa de um determinado Senador, se ela recolhe royalties ou não, ele mesmo poderia dar essa resposta para nós, pois ele é representante do governo, não somos nós que temos que responder a ele. Então, nós como entidades sindicais estamos na luta há bastante tempo. As frentes parlamentares mistas na Câmara é que irão debater sobre a privatização, contra a privatização das empresas do setor elétrico. No dia 21 de fevereiro nós tivemos a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Distribuidora de Rondônia, aliás, da Eletrobras, e não tinha nenhum representante da nossa bancada, nenhum. Já fizemos também, já criamos também a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Chesf, da Eletronorte, da Eletrosul e de Furnas. Nós sindicalistas estamos na luta. E também, o que a gente observa é realmente sim a ociosidade

do Poder Legislativo, de todas as esferas, municipal, estadual e federal. Todas estão omissas! O ano passado, Deputado Jesuíno, nós estivemos aqui numa Audiência Pública em defesa da não privatização da Ceron, ou seja, há um ano que nós estamos aqui. Essa é a segunda vez que nós solicitamos Audiência Pública nesta Casa. E o senhor mesmo fez um discurso não muito bom na hora, que quem tiver talvez aqui o arquivo, o acervo das Audiências Públicas que foram aqui, busque lá sua fala, o que foi que o senhor falou na época. Então, há omissão sim! E nós trabalhadores estamos lutando contra a defesa das nossas empresas, em defesa do patrimônio brasileiro. Era isso que eu tinha a falar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu não me recordo não, mas se tiver, eu faço questão, o senhor pode pegar e me mostrar. Até porque quem conduz uma Audiência é o Presidente, eu sou Deputado e tem outro Deputado. Nessa sua Audiência devia ter outro Deputado conduzindo essa audiência Pública. Foi o senhor, Deputado Léo Moraes, que conduziu ou não? Quem foi o Deputado? Foi o Deputado Herminio? Ah, tá. Eu não me recordo de ter falado não. Eu falei que nós iríamos apoiar as demandas, se fosse necessário. Agora é diferente, eu estou como Presidente. Sobre o quê? O senhor que está falando. Eu quero saber sobre o que, o senhor sabe o que é que foi. Ah, tarifa? Eu sempre vou falar, eu vou contestar. A tarifa é horrível, de cara eu entendo e pronto, por conta das usinas. É uma questão minha, por conta das usinas eu entendo que nós deveríamos ter uma compensação. É só isso. E vou manter meu posicionamento e ninguém tira essa minha ideia. É por isso que nós vivemos num estado democrático de direito. Cada um tem um pensamento, cada um tem uma forma de agir, de pensar, dentro da legalidade. Se alguém me convencer que essas três usinas, duas de grande porte, uma de médio porte, não deveria o Estado de Rondônia ter alguma compensação além dos royalties, que é uma questão necessária, aí, meu amigo, o povo brasileiro que... Vá lá ver lá os nacionalistas, os bolivianos, tomaram lá foi tudo, de assalto ainda. A gente que é um povo muito tranquilo.

Tem mais três pessoas para fazer, mas eu queria passar para as considerações logo. Inclusive tem aqui um coffee break aqui, um lanche. Vai chegar meio-dia. Vamos colocar então algumas situações pontuais para a gente encaminhar para ver quais são as demandas.

Vou passar a palavra para o Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Antes de qualquer coisa eu peço desculpas pelo atraso, estava em outra agente. Comentei com os dirigentes, com os colegas também que militam nesse tema, nessas dificuldades que são impostas. Eu parabeno o Deputado Jesuíno Boabaid pelo interesse, pela boa vontade, pela curiosidade em participar ativamente dessas discussões. Eu já discuti bastante a respeito dos valores da energia elétrica. Nós conseguimos impedir a cobrança da bandeira tarifária em 2017, durante todo ano, para todo Estado de Rondônia. Ninguém em Rondônia pagou bandeira tarifária por conta da insuficiência energética de todo país, que nós somos penalizados pelo Consórcio de Integração Nacional. Foi uma conquista quase que inédita e, lógico, por conta dos milhões e milhões de reais, o interesse é muito grande de derrubar. Afinal nós só conquistamos a liminar junto com a Federação das Associações Comerciais. Também não vou entrar no mérito do atendimento da

Eletrobras Rondônia, quando nós temos uma dificuldade, quando se quebra uma canela, quando falta energia numa localidade. A gente está discutindo aqui a privatização ou não, a forma açodada como foi feito, o interesse de imediatamente leiloar algo que diz respeito a nossa soberania. Isso dá é o que nós temos de debater de mais importante neste momento, sob risco de ficarmos amordaçados para um futuro sórdido para o povo do nosso País e do nosso Estado de Rondônia. Eu conversei com o Dr. Raphael Bevilaqua, apresentei também contato com a Dra. Gisele, ambos do Ministério Público Federal, estão à disposição para nós conversarmos com a Comissão de líderes ou os interessados, assim como, já também entramos em contato com o Presidente do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que é o Joel Krüger; que eu tenho a felicidade de conhecê-lo por militância estudantil, à época era Diretor do Bloco de Ciências Exatas e Engenharias da Faculdade a qual eu fiz Curso de Direito, que a gente pode fazer um colóquio, um seminário, trazer para endossar, para fortalecer o debate e que a gente possa também constatar a visão e a opinião da maior autoridade hoje consolidada no tocante as Engenharias e também Arquitetura. Eu me coloco, continuo colocando à disposição, eu corroboro com as palavras do Deputado Jesuino Boabaid, energia elétrica daqui é cara, independente, de silogismos que é algo que parece ser o que não é em relação ao pensamento até do colega que fala do leite do Pará, lógico que isso não é a constatação crua do que acontece em Rondônia, nós temos uma grande bacia leiteira e ainda assim também o nosso leite é caro se comparado com o que se paga para o coitado do produtor desse leite. Então, tem que constatar todas as nuances que acontece até mesmo em relação a energia elétrica local. Rondônia é sim hoje fornecedora de energia elétrica para o restante do País, nós fazemos a grande máquina industrial que com muito orgulho eles se exaltam Brasil a fora como: São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, que eles têm energia elétrica fruto das Usinas Hidrelétricas aqui de Santo Antônio e Jirau, mas, tudo isso são cenas dos próximos capítulos o foco aqui é evitarmos que se leiloe por um valor irrisório se entregue algo que é do povo para que depois se debata os prejuízos de projetos sociais inculcados já no imaginário do povo como é o Luz para Todos e tantas outras questões. Não é um debate de esquerda com direita, não vou ser tão raso e superficial como alguns colegas que comentam: “não, porque eu sou a favor do Estado mínimo. Eu sou a favor da menor participação do Poder Público nas decisões do povo, porque eu sou a favor da livre iniciativa”. Espera lá, eu também sou a favor de otimizar resultados, mas não obrigatoriamente a entregar a empresa para o desconhecido. Nós não sabemos se isso vai trazer melhor qualidade e também menor valor pago que já é um absurdo, já é uma afronta para a população de Rondônia. Então, auto lá, primeiro o debate, depois formação de ideia, opinião, convicção e execução das suas convicções. Portanto, esse debate é de suma importância que o Deputado Jesuino puxa na Assembleia Legislativa e que nós devemos provocar os desdobramentos da mesma com os atores envolvidos, com os órgãos, Instituições, todo que queiram apresentar as suas ideias, que a partir dali a gente vai ter logicamente o que defender. Portanto, eu estou à disposição como eu sempre tive para a gente para a gente debater, discutir, e lógico nos municiar com as armas necessárias. Está bom? Eu agradeço e estou à disposição. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Só para corroborar com o entendimento do deputado Léo Moraes, eu quero dizer para todos que teve essa Audiência, foi no ano, eu acredito no ano de 2016, Deputado Léo Moraes, mas não avançou a privatização como está avançando agora, isso é fato. Hoje está avançando após a perda do Governo em não conseguir aprovar a Reforma da Previdência e de uma hora para outra focaram a privatização. Ela vinha, vinha, não tinha nada, aí explodiu. Agora sim, é outro cenário, uma nova discussão que cabe à Assembleia, aos demais que estão, vocês são representantes, vocês Sindicatos são legítimos através dos seus representados a buscarem as devidas ações, mas, eu continuo dizendo: é maio, é abril, é a discussão, é abril a discussão, 30 de abril, tem tempo para a gente buscar alguma medida em requerer ao Congresso Nacional através dessa bancada, Audiências, reuniões com Ministério de Minas e Energia, com ANEEL, com outros atores para tentar reverter isso, agora, discurso porque que é ruim. Porque que é ruim? Tem que levar todo um debate, depois discutir com a Mesa, e o que é que nós podemos convencê-los que Rondônia não deve ser privatizada, deve estar numa situação diferenciada e tirar os outros Estados, se quiserem privatizar outros Estados privatizem, como foram os aeroportos, mas Rondônia não. Agora, como que nós iremos demonstrar para o Congresso Nacional, para os Ministérios, os Ministros e próprio Governo Federal é essa estratégia que tem que ser levada. Entenderam? É isso que eu queria falar. Não adianta a gente ficar discutindo aqui e não chegar ao consenso, tem que levar uma pauta, tem que levar um convencimento, eu tenho que me interar ainda mais sobre isso. E eu queria deliberar algumas questões aí vocês acrescentam, eu queria até para encaminhar, viu; depois eu passo as considerações finais, viu Presidente, só para gente encaminhar, até o Deputado Léo Moraes para me ajudar aqui. Primeira, que seja expedido amanhã um requerimento, um requerimento que seja proposto a todos os Deputados Estaduais, será proposto a todos os Deputados Federais, uma Audiência Pública, ou seja, nós iremos propor ao Congresso Nacional, toda bancada federal, uma Audiência Pública para discutir a privatização da Eletrobras/RO, junto com os sindicatos, junto com os seus representados aqui, representantes; amanhã, viu, esse requerimento para ser encaminhado e aprovado amanhã. Poderia ser um ofício, não é Deputado Léo Moraes, mas a gente faz, o expediente seria um ofício mesmo, porque é para o Congresso, é para bancada federal. O Deputado Léo Moraes já está se propondo a levar o ofício assinado por todos os Deputados ao Coordenador da bancada quarta-feira já. Então, já fica aqui aguardando. O mais rápido possível, tem que ser antes do dia 30 de abril. Será levado também a Presidência desta Casa de Leis, isso no consenso de todos os Parlamentares, não é uma Comissão, mas o Deputado Maurão de Carvalho que também está, se não fosse por ele, esta Audiência também não iria ocorrer. Mas, o Deputado Maurão de Carvalho, sempre com o seu bom diálogo com essa Casa, a gente vai levar para ele, que ele nomeie alguns deputados para estar presente nesta reunião lá no dia que será ainda apresentado pela bancada. O encaminhamento que o Deputado Maurão de Carvalho, ou ele mesmo, ou ele delegue um deputado para estar presente; eu vou estar presente, eu vou fazer questão de estar presente nesta

reunião, nesta Audiência Pública lá no Congresso. Entendeu? Outro encaminhamento, podem pedirem, vocês podem propor outro encaminhamento. Presidente, o senhor.

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO - (pergunta fora do microfone)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Mas, isso aí tem que ser levado nesta discussão então lá no congresso, audiência lá.

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO – Nesta Audiência, alguns pontos, porque Deputado Jesuíno, eu estou na luta aí com essa questão da tarifa, como eu coloquei antes na minha fala; tarifa, ela é cara e injusta, aquilo que produziu em Rondônia de energia elétrica, e o Estado consumiu, é 05 vezes menor do que foi produzido. Então, nós temos que, essa geração de energia elétrica tem que trazer benefícios para o povo de Rondônia. Ali nós estamos juntos nesta luta e nós estamos à disposição para discutir questão de tarifa aqui, ela é cara e injusta. A questão do PDC é, essa discussão tem que ser levada; infelizmente nós para termos urgência, urgentíssima, ir para os colégios dos líderes que foi aprovado na CCJ a questão desse PDC, deputado e Deputado Léo Moraes, nós ficamos coletando assinaturas do Deputado para que fosse colhido do líder, para que fosse colocado na Mesa Diretora para o Presidente Rodrigo Maia, para que fosse agendado a discussão no plenário. Semana passada concluímos a coleta de assinatura no Congresso Nacional, 300 assinaturas; da bancada federal de Rondônia, dos deputados; a Deputada Marinha Raupp e o Deputado Marcos Rogério não quiseram assinar. Os outros 06 deputados assinaram para ter urgência, urgentíssima. Mas, a Marinha Raupp e o Deputado Marcos Rogério, eu estou falando aqui porque nós temos que colocar isso para sociedade entender que essa energia elétrica é uma questão de soberania nacional; porque se vender para iniciativa privada, ela vai distribuir para onde ela quiser gerar para onde ela quiser, de que forma quiser. Mas, essa questão do PDC, depois nós vamos passar documentos aqui para o senhor, o Deputado Léo Moraes já está dialogando há tempo, essa é uma questão. Eu já vou fazer minha, encerar aqui, só fazendo mais alguns pontos. O Supremo Tribunal, Deputado Jesuíno, ele cassou o Ministro Alexandre Moraes, colocado nesse processo de golpe, do golpe da continuidade, golpe contra os trabalhadores, contra a sociedade brasileira, ele cassou a liminar que veio lá do TRF, lá de Pernambuco, colocado pelo advogado Antônio Campo, da nossa base lá dos trabalhadores, da GESPE e foi cassado. Ainda vai ter julgamento do mérito. Então, tem tempo ainda lá no Judiciário. A outra questão, nós já realizamos, nós, o coletivo nacional dos eletricitários, que congregam os trabalhadores, as federações do setor elétrico estatal. Nós realizamos 08 Audiências na Câmara e no Senado, do mês de agosto até hoje, 08 Audiências Públicas, não apareceu nenhum Deputado Federal e nenhum Senador de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, mas propostas por eles foram alguma?

O SR. NAILOR GUIMARÃES - Nós colocamos, convidamos oito, semana passada dia 21, como o companheiro Gilson fa-

lou, nós lançamos a última frente parlamentar mista em defesa das empresas de setor elétrico, do Sistema Eletrobras, e a última foi da Distribuidora. Nós tivemos 35 parlamentares e não tivemos um Deputado Federal de Rondônia, nessa Audiência, laçamos na Comissão no Anexo II, Comissão Dois, às nove horas da manhã, lotado o auditório de trabalhadores, trinta e cinco parlamentares passaram na hora para fazer uma fala e dizer que estavam apoiando os trabalhadores e a sociedade, entendo que a soberania nacional é tão importante do que qualquer situação. Porque defender, lutar pela soberania nacional é defender a democracia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só uma pergunta Presidente. Essa Audiência foi proposta por qual Deputado? Foi de Rondônia ou não?

O SR. NAILOR GUIMARÃES - Pelos Deputados do Norte, onde estão as Distribuidoras. Nós discutimos, debatemos, convidamos companheiros estão presente aqui que sempre estão indo lá o companheiro Cristóvão, companheiro Grinelson, companheira Luzanira, a gente faz essas coletas, companheiro Cunha aqui, representado o SENGE, e nós convidamos, passamos documentos em mãos e não apareceram, infelizmente é isso, e esse PDC que é importante para nós. Agora só para fechar. Eu vou discordar do meu amigo companheiro Ezequiel, a questão não é um acinte pelo preço que está vendendo por cinquenta mil reais, que vendesse por um milhão, dois milhões, dez milhões. Nós temos um projeto que a defesa das empresas, pela manutenção das empresas estatais, pela defesa da soberania nacional e pela defesa da segurança energética, nossa defesa é a não privatização da CERON. Obrigado Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Presidente, eu até estava pensando aqui, expedir, eu ia mandar essa ata para o Supremo Tribunal Federal, para o Ministério da Defesa, mandar uma cópia, é bom mandar uma ata ou um ofício sendo feita essa reunião pedindo. Mas o Deputado Léo Moraes, a gente vai ver quais são os outros encaminhamentos. Agora a gente tem que ver qual vai ser a posição dessa bancada gente, agora vai ter que ser, eles que vão ter que chamar essa reunião que é um pedido da Assembleia, a Assembleia através de vocês foi provocada e eu quero ver qual o posicionamento agora dessa bancada. Senado junto com a Câmara de Deputados viu Presidente, vamos ver qual vai ser a posição deles nesse exato momento. Pode falar.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Deputado Jesuíno, só uma sugestão, Deputado Léo Moraes, só como sugestão. Nós temos dificuldade com a bancada federal isso é uma realidade que a gente tem vivenciado e por interesses diversos, não é só com má vontade, é porque há interesse e interesses. O Deputado Léo Moraes, apontou aí o caminho das discussões. Eu creio Deputado, e aí parabenizar mais uma vez o senhor estava ausente quando eu falei por ter essa iniciativa dessa Audiência Pública, Deputado Léo Moraes, que vem sempre acompanhando também e até alguns outros Deputados que por motivos diversos também não estão presentes, mas que tem também nos escutado, segunda-feira é mais complexo por alguns colegas que a gente sabe que trabalham pelo

interior e tem essa dificuldade. O que a gente gostaria enquanto dirigente sindical, e aí essa Assembleia, ela pode ser protagonista de um grande debate, através de três, quatro Deputados aqui estaduais puxando mesmo o debate junto à sociedade nos ajudando junto aos seus pares. A gente sabe que, por exemplo, o Deputado Jesuíno Boabaid, tem uma grande liderança com os policiais militares, Deputado Léo Moraes, tem uma grande convivência com os movimentos sociais. Nós também temos, mas nós podíamos buscar somar esses esforços além dessas questões técnicas, políticas e impolíticas, além da judicialização, nós tentamos somarmos esses esforços no sentido também de proporcionar um maior número de pessoas do povo para ter esse entendimento das questões, não é só exclusivamente a questão, e aí a gente tem que deixar claro, não é uma exclusividade de defesa de emprego, porque se não fica parecendo assim, corporativamente é interessante defender o emprego. Queremos ir muito mais além, e o ir muito além, é garantir que o Estado de Rondônia, ele possa ter energia com confiabilidade, ele possa ter universalização dessa energia, ele possa garantir que aquele camarada que mora na Estrada do Japonês hoje quando cai uma canela lá, ele passa dois, três dias sem atendimento, não é porque os colegas profissionais da Eletrobras Distribuidora não vão lá fazer, é porque as condições que estão sendo impostas ao ponto de sangrar tanto a empresa que não tem investimento e às vezes aqui na periferia de Porto Velho, nós entendemos que tem comunidades que passam dois, três dias aqui numa área próxima de Porto Velho sem energia elétrica, não em função dos profissionais que estão capacitados para ir lá fazer o atendimento, mas às vezes as questões de estrangulamento no Governo Federal para com a empresa no sentido de estrangular e colocar essa empresa diante de um público da pior forma possível. Então, isso também faz parte de uma composição de desmoralizar a empresa, esses entendimentos que esta Assembleia poderia ser protagonista no sentido de ajudar a gente arrebanhar a população quando for na emissora de rádio ou na televisão dizer que não é exclusividade corporativa de defesa de emprego, é muito maior do que isso. Nós queremos que essa empresa abra concurso público para 12 milhões de brasileiros que estão desempregados, ela tem um papel e um fim social constitucional que a gente defende. O Nailor falou também da defesa que nós defendemos e a tarifa no Brasil é muito cara, não é uma questão exclusiva de Rondônia, desde que ela virou uma commodity lá no Governo Fernando Henrique Cardoso ela passou a ser muito cara, então essa é uma defesa nacional que a Federação Nacional dos Urbanitários já vem fazendo, as organizações como a FISENGE já vem fazendo em relação a discussão do valor da tarifa não como commodity, porque se for por essa linha do Deputado Jesuíno, eu conversava com o nosso companheiro engenheiro aqui, Itaipu, a população do Paraná não pagaria energia porque a produção dela é uma das maiores do mundo, atende o Paraná e muito mais, entendeu, 15% da população brasileira praticamente Itaipu atende, então se a gente cair por essa seara a gente pode correr o risco de discutir, por exemplo, Tucuruí que atende muito mais do que a população do Pará, manda energia para o Nordeste, para o Sul e Sudeste através do Linhão Centro-Oeste. Então para a gente não cair nessa discussão, ficar muito rasa conforme disse o Léo Moraes com muita propriedade, a gente tem que debater

o projeto de uma empresa que ela atenda o interesse da população.

O SR. CRISTÓVÃO – Bom dia a todos. Queria parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid, quando nós estivemos com ele lá ele se propôs a assumir o compromisso e realizou esse compromisso com a abertura da audiência de hoje. Meu nome é Cristóvão, sou do SINDUR, funcionário da Eletrobras há 30 anos, vou fazer daqui uns dias. Mas eu queria, sendo direto, Léo Moraes, queria propor, deputado, vocês como autoridades que nos ajudem no sentido de fazer o caminho que o Deputado Léo Moraes falou há pouco, os deputados lá, o Ministério Público Estadual e Federal e dizer que houve uma audiência pública aqui promovida pelo BNDES onde vocês não foram convidados, onde vocês não puderam participar, onde a Polícia Militar e a segurança privada não deixou a população participar livremente, que a privatização, abertura do edital no dia 15 de março e a venda no dia 30 está muito em cima e que vocês ainda não estão convencidos de que essa privatização vai ser boa para a população do Estado de Rondônia como um todo, porque vocês são representantes deles diretos. Aí nós já estamos dando um passo concreto para a gente barrar essa privatização no dia 30. Outra coisa que eu quero propor aqui, que essa manifestação da Câmara dos Deputados aqui de buscar movimentar a Bancada Federal, os 03 Senadores e os 08 Deputados Federais é muito importante para a nossa luta, muito importante. Nós queremos dizer aqui que estamos lutando há anos sozinhos não conseguimos convencer, mas quando é de pares deputado estadual e deputado federal a conversa é em outro nível e nós podemos abrir um campo de diálogo lá. Nós enxergamos, Deputado Jesuíno, que na luta jurídica nós podemos tardar, mas nós não podemos evitar a privatização, mas nós podemos tardar, mas ainda no campo político vindo de cima para baixo com vocês do nosso lado nós vamos conseguir vencer. Eu quero dizer, mais um esclarecimento que eu estava inscrito ali e vi que não vou ter oportunidade de dizer. Senhores Deputados Léo Moraes e Jesuíno, nós estamos numa luta desumana financeiramente como representante da classe social aqui. Nosso dirigente o Cunha e o Nailor Gato que é o Presidente, os demais estão em Brasília, nós estamos lá toda semana, nós não temos fundo financeiro para bancar isso, nós estamos indo ao fundo do poço. Nós fizemos audiência viemos buscar financeiramente que os trabalhadores custeassem parte dessa despesa nossa. Nós estamos pagando 20 mil reais por mês para um escritório de advocacia para nos defender, nós estamos juntos com movimentos sociais, os sindicatos organizados estamos nesta luta, mas nós não conseguimos convencer também como vocês falaram e tem razão de falar e nós somos conscientes disso, nós não conseguimos chegar na população porque para chegar na população precisa ter autoridade, não tendo autoridade tem que ter dinheiro e dinheiro nós não temos para bancar essa mídia que é muito cara. Então queria agradecer de coração a vocês, dizer que nós contamos com o apoio de vocês, parabenizar publicamente essa atitude, Deputado Jesuíno, agradecer firmemente, porque com vocês nós seremos mais fortes porque eu quero viver para dizer assim 'perdemos, se tivermos que perder, mas por cima de mim não passou, eu e a classe trabalhadora e os movimentos sociais

de Rondônia instituídos lutamos, perdemos, mas ganhamos no caráter'. Um abraço a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só para ganhar essa deixa, esse parêntese do colega em relação ao BNDES, a entidade que está organizando o leilão que não tem hoje a menor autoridade não deveria ter para isso. É o momento de nós discutirmos com o Ministério Público Federal na deixa que já foi dada, nós vamos encontrá-los daqui algum tempo nesta semana, é a questão desta audiência que foi colocada e que eu desconheço, assim como foi feita na outra audiência, assim como foi feita na audiência também das usinas que fizeram lá no Forasteiro e como bom Forasteiro foram rápidos e rasteiros. É porque a gente não tomou conhecimento como deveria. Sorte que eu tinha um colega lá dentro, participei, tentamos a anulação daquela audiência, judicializaram a demanda e mesmo assim foi um trator que foi por goela abaixo. Então a gente pode agora aproveitar o gancho, pegar as autoridades do Ministério Público Federal e debater sobre isso, que a gente tem que encontrar uma brecha no procedimento no rito para quem sabe protelar a fim de que a população saiba. A população sabendo, se entender que é melhor ou não são outros quinhentos, mas a gente tem que ter o debate, o diálogo entre todas as pessoas. Então a gente vai aproveitar e falar isso com o MPF e o Dr. Rafael também, está bom? Só isso daí.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O encaminhamento do Deputado Léo Moraes é que nós façamos também uma agenda junto com os Sindicatos e o Ministério Público Estadual e Federal, devido esta questão que foi levantada que não houve. Eles publicaram Edital, como foi feito isso? Tem que ver todas as... Vocês têm o Edital? O Diário Oficial da União um lugar bem... Então vocês levantem esses documentos para nós para a gente levar para o Ministério Público Federal e quem sabe nesta discussão, aí, sim, é uma outra demanda tentar embargar. E levamos também, viu Deputado Léo Moraes, a gente leva também esta discussão para a bancada. Olha fizeram audiência e não provocaram o povo, o local um espaço pequeno e aí tem outras questões.

O SR. FRANCISCO NOGUEIRA - E que além deste processo judicial que a gente pode tentar fazer, neste Requerimento aprovado pelos deputados estaduais a gente pode solicitar, falar que fizemos a audiência pública, os trabalhadores da empresa vieram, a população veio para discutir e todos majoritariamente são contrários à privatização da empresa. Solicitar que esta audiência que foi uma audiência falsa de tanta truculência, a Polícia Militar, a Segurança não deixou o povo entrar, tivemos que tomar a Mesa para deixar que o povo entrasse e depois não tivemos espaço para discutir a real situação da empresa, falar que é uma farsa, solicitar que eles façam uma outra audiência. Porque em um mês boa parte destes trabalhadores que estão aqui, provavelmente, vão estar demitidos, vão vender a empresa, vai ser muito rápido. E a outra coisa é que no Senado, hoje, um grupo muito grande de senadores vem discutindo uma frente em defesa da soberania nacional e eles vêm tentando instalar uma CPI da Eletrobras. Hoje nós não temos condições de dizer qual que é a real situação da empresa através destes estudos que elas estão fazendo e elas mes-

mas que vão comprar a empresa. Então a gente precisa que a CPI aconteça. E um grupo muito grande de parlamentares vem travando nela. Então se neste mesmo requerimento que solicita o cancelamento a gente solicitasse que a bancada de também Rondônia pressionasse para que essa CPI acontecesse, ajudaria para a gente entender e ter elementos para defender essa empresa e estas distribuidoras.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já, pode falar.

O SR. JOAQUIM LOUREDO – Eu sei que o tempo já está avançado e as pessoas estão com fome. Mas eu queria contribuir de repente com um argumento que falta neste processo. Primeiro dizer que nós somos uma empresa enxuta do ponto de vista dos trabalhadores. Em 1997 nós tínhamos 1.500 funcionários e hoje nós temos 781. Então nós somos uma empresa enxuta. Mas eu queria falar da estrutura de consumidores. O meu nome é Joaquim eu não me apresentei, Joaquim Louredo. Eu estava inscrito, mas eu vi que não iria conseguir na Tribuna, então quero trazer esta contribuição. Nós temos hoje no Estado de Rondônia 630.000 consumidores ligados à nossa rede, destes 630.000 72% são consumidores residenciais, 20% são rurais, isso equivale a 92% dos consumidores. Imagina aquela família que mora lá na Zona Rural que vende uma galinha para pagar uma conta de luz. Imagina estes investimentos que foram realizados de 1997 para cá para interligar o nosso sistema, que até 2010 a gente era um sistema era isolado, hoje nós somos sistema interligado nacional. A expansão do sistema na área urbana e rural, repotenciamento de todas as nossas subestações para melhorar a qualidade dos serviços, estes investimentos geralmente é a amortização deles é para 20, 30 anos. O que a empresa vai fazer com a privatização é amortizar isso em cinco anos. Vai dizer a partir de agora a tarifa vai ser reajustada para pagar estes investimentos e garantir esta manutenção. Isso a população não vai conseguir fazer. Então todo aquele esforço que nós fizemos para colocar um padrão de energia na frente de uma casa atravessando rios e florestas o cara vai ficar com a energia na frente da casa dele desligada porque ele não vai ter condição de bancar essa tarifa de energia. Então eu acho que esse é um argumento que essa bancada tem que levar para discutir com o governo. Qual é a garantia de que esses consumidores vão poder usufruir de todos esses investimentos que foram feitos nos últimos 10, 15 e 20 anos para que a energia chegasse a todos os cantos de Rondônia. Essa é a minha contribuição.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A gente vai fechar então todos os apontamentos que foram feitos aqui, vamos passar para a Secretária que está fazendo a ata sucinta e aí nós traçamos essa discussão. Os Presidentes de Sindicatos, os representantes das entidades estarão presentes conosco. Eu e o Deputado Léo Moraes, qualquer situação nova, a gente vai sempre estar buscando informá-los. A Audiência, o Deputado Léo Moraes vai buscar aqui com o Ministério Público Federal, pode ser, Deputado? O Deputado Léo Moraes vai buscar essa audiência, vai estar indo quarta-feira lá no Congresso Nacional levando o ofício em mãos, que amanhã eu acredito que todos os Deputados que estiverem presentes vão assinar esse ofício que será encaminhado para a bancada. Tanto esse

ofício será expedido para o Supremo Tribunal Federal, Ministério de Minas e Energia, a ANEEL e outros órgãos que vocês puderem acrescentar. Então, dado à hora, vocês irão almoçar, mas tem um lanche, era um período mais, que ia anteceder ao almoço, mas a gente vai finalizar. Eu peço desculpas a todos, a forma de a gente, às vezes, se expressar, é meu jeito, a gente está aqui numa discussão. Não tenho mágoa, rancor de ninguém, a gente tem que saber que discussão é isso, democracia é isso. Mas eu posso dizer para vocês, do jeito que lutamos à frente de uma classe, colocando a minha vida em risco, a vida de vários companheiros, da minha esposa, sendo expulso da Polícia Militar, tendo uma... Eu carrego, junto com muitos policiais militares algo que muitos aqui não carregam, eu sou anistiado. O que é que é anistia? É o perdão do Congresso Nacional por conta de que, em tese, tenha cometido delitos. Delitos porque os militares não podem fazer greve ou manifestar o seu pensamento, ser sindicalizado, tem uma série de restrições. Mas lutei porque entendi que da forma que estava a gente não tinha condições de permanecer. Então, como Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia, familiares também, tive essa coragem junto com muitos companheiros, com minha esposa e demais mulheres, de ir para esse enfrentamento. Sem luta não há vitória! Não adianta ficar em casa murmurando, se lamentando, 700 são os funcionários da Ceron. Eu não vejo aqui nem 160. Ai, depois vão chorar... Não, tudo bem, estão trabalhando, mas garanto que se for chamar, meu amigo, aqui é um cenário até de greve. Aqui, se fosse pensar, eu te garanto que a situação é tão preocupante, trabalhar com o pensamento que amanhã vai ser demitido, é melhor... Que satisfação que vocês vão ter? Então tem que conscientizar também a categoria de vocês, isso é fato. Diferente da gente, a gente não pode fazer greve. Se a gente fizer greve vai ser preso. Agora, vocês não, gente! Não estou nem falando em greve, eu estou falando que tem senhores aqui acima de 60 anos, vários representantes, tem que mostrar insatisfação. Eu canso de passar ali em frente da Eletrobras aqui na Farquar com a Sete de Setembro, tem 10 pessoas. Rapaz! Depois que a coisa ir para um caminho, descambar para um caminho, não tem Deputado nenhum que vai segurar isso não. Então vamos se unir, a união de vocês, a união de todos é que vai fazer a diferença. E conscientizar que a privatização hoje, da forma que está sendo colocada goela abaixo, nada mais é para buscar interesses capitalistas, no caso, buscar interesses desse governo que para mim já passou da hora de sair. Porquê da forma que ele está conduzindo, graças a Deus no dia 05 de outubro, ou, dia 07 de outubro nós teremos aí um resultado. Espero a Deus Senhor, que esse resultado seja favorável, porque se não for pode pegar um chicote e o povo tem que aprender mesmo é na taca. É igual eu sempre digo, é igual mulher de malandro, gosta de estar na peia, porque se não souber votar, depois de tudo que nós vivenciamos, depois de tudo que nós passamos, certas pessoas retornarem, ah, meu amigo, eu não, eu sinceramente... Eu não sei, eu vou botar meu nome à disposição, se eu vou vir para a reeleição, o Deputado Léo Moraes também, mas eu fico olhando gente lamentando, reclamando. Passou, chega, faltando alguns meses, passa o mel na boca da criança, a criança já fala: é o melhor, fulano é o melhor candidato. A gente tem que aprender a votar também. Somos responsáveis por aqueles que estão lá nos representando. Então, passamos para es-

sas discussões, finalizamos. Eu acho que todos que queriam falar, falaram. Eu acho que os que estavam inscritos aqui falaram, não é? Ficaram só três, dos três aqui, um falou que já estava lá inscrito, ele falou, o outro também falou, os dois, então já faltavam três, e a Sílvia Ferreira, quem é ela? Ela já foi. Então já elimina a Sílvia. Então eu peço até desculpa para ela. Aqui é melhor a gente traçar logo os encaminhamentos.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública, com as deliberações que ainda deverão ser ajustadas aqui. Mas de antemão, essas aí que nós falamos. Obrigado a todos e quero agradecer ao Deputado Léo Moraes. Obrigado

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 12 horas e 09 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 86/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 ao servidor relacionado, que irá prestar serviço na área de Cerimonial (Mestre de Cerimônia) na Audiência Pública, que será realizada no Ginásio 13 de Maio, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 100008616
Nome: Lenilson de Souza Guedes
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Div. de Eventos e Agendas

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 87/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 ao servidor relacionado, que irá prestar serviço na área de Cerimonial (Serviço de Garçom) na Audiência Pública, que será realizada no Ginásio 13 de Maio, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 200161737
Nome: Fredson Teixeira Pereira
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Sup. Comp. e Licit.

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 88/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 ao servidor relacionado, que irá prestar serviço na área de Cerimonial (Serviço de Garçom) na Audiência Pública, que será realizada no Ginásio 13 de Maio, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 200161738
Nome: Paulo Moreira Batista
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Div. de Recepção

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 89/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 ao servidor relacionado, que irá dar suporte técnico de informática na Audiência Pública, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 200161618
Nome: Bruno Oscar J. Barauna
Cargo: Asses. Técnico
Lotação: Depart. de Infr. e Sup. Operacional

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 90/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 a servidora relacionada, que irá executar serviços Jornalísticos a esta Casa de Leis, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 200161390
Nome: Juliana Antonieta F Martins Dias
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Div. de Jornalismo

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 91/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018 ao servidor relacionado, que irá executar serviços Cinematográficos a esta Casa de Leis, no Distrito de Extrema - RO, conforme Processo nº. 00003283/2018-56.

Matricula: 200163953
Nome: Ednei Ferreira de Carvalho
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 07 de Março de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 92/2018-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 09 a 10/03/2018, ao servidor relacionado, que irá coordenar a equipe de segurança durante a realização da Audiência Pública, que se realizará no Distrito de Extrema, conforme Processo nº. 00003315/2018-16..

